



Investigação Científica,
Acadêmica e profissional



v. 11 n. 2 outubro / dezembro 2022

www.editorahawking.com.br/



Revista Científica

DIMENSÃO

 **hawking**
EDITORA

REVISTA CIENTÍFICA DIMENSÃO

v.11 n.2 outubro / dezembro 2022

EDITORIAL: Betijane Soares de Barros

REVISÃO ORTOGRÁFICA: Editora Hawking

DIAGRAMAÇÃO: Luciele Vieira

DESIGNER DE CAPA: Luciele Vieira

IMAGENS DE CAPA: canva.com

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.



A Revista Dimensão está sob os direitos da Creative Commons 4.0 https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

NOTAS DO EDITOR

Para baixar o PDF de cada artigo da Revista Dimensão a partir do seu smartphone ou tablet, escanei o QR code publicado na capa da revista, o qual irá remeter para a página da editora, local onde se encontra a mostra da versão impressa.

Revista Dimensão/Editora Hawking

- Vol 11, n.2 (2022) – Maceió – AL: Editora Hawking, 2022 – Trimestral

ISSN 2675-5238

1. Revista Dimensão – Periódicos I. Brasil, Editora Hawking

2022

Editora Hawking

Av. Comendador Francisco de Amorim Leão, 255 - Farol, Maceió - AL, CEP 57051-780

Disponível em: www.editorahawking.com.br

editorahawking@gmail.com

DIREÇÃO EDITORIAL

Dr^a Betijane Soares de Barros

Instituto Multidisciplinar de Alagoas – IMAS

<http://lattes.cnpq.br/4622045378974366>

CONSELHO EDITORIAL

Dr^a. Adriana de Lima Mendonça

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2001)

Mestre em Química e Biotecnologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2004)

Doutora em Ciências pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2009)

Pós-doutorado em Biotecnologia através do Programa Nacional de Pós Doutorado (PNPD/RENORBIO/CAPES, 2014)

<http://lattes.cnpq.br/0381713043828464>

Dr. Anderson de Alencar Menezes

Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP, 1998)

Bacharel em Teologia pelo Centro Unisal - Campus Pio XI (São Paulo) (UNISAL, 2002)

Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2005)

Doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Porto (UPORTO, Portugal, 2009)

<http://lattes.cnpq.br/3996757440963288>

Dr^a. Andrea Marques Vanderlei Fregadolli

Bacharel em Farmácia pelo Centro de Ensinos Superiores de Maceió (CESMAC, 1999)

Licenciada em Educação Física pela Universidade Claretiano (CLARETIANO, 2019)

Tecnóloga em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL, 2015)

Especialista em Nutrição Materno-Infantil pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Farmácia Clínica Direcionada à Prescrição Farmacêutica pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Análises Clínicas pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2016)

Especialista em Plantas medicinais: manejo, uso e manipulação pela Universidade Federal de Lavras (UFLA, 2001)

Especialista em Farmacologia: Atualizações e Novas Perspectivas pela Universidade Federal de Lavras (UFLA, 2002)

Mestre em Modelagem Computacional de Conhecimento pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2011).

Doutora em Ciências pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2015).

<http://lattes.cnpq.br/5455567894430418>

Dr. Anildo Monteiro Caldas

Doutor em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista - FCAV/UNESP (2015), com período sanduíche em Universidad de Valladolid - Espanha, área de concentração "Ciência do solo / Linha de pesquisa Engenharia de água e solo". Mestre em Engenharia Agrícola e Ambiental pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2007), área de concentração "Engenharia de Água e Solo / Linha de pesquisa Solo e Geoprocessamento". Formado em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2004). Atual como professor Adjunto do Departamento de Tecnologia Rural da UFRPE. Tem experiência em Extensão Rural e Estágio de Vivência Rural Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto, Manejo Integrado de Bacias Hidrográficas, Cartografia, SIG e Avaliação e Perícias Rurais.

<http://lattes.cnpq.br/6543959400281255>

Dr. Eduardo Cabral da Silva

Graduado em Meteorologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2006)

Graduado em Matemática pelo Centro de Ensinos Superiores de Maceió (CESMAC, 2015)

Mestre em Meteorologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010)

Doutor em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2018)

<http://lattes.cnpq.br/2609068900467599>

Dr. Fábio Luiz Fregadoli

Bacharel em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, 1996)

Mestre em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, 2000)

Doutor em Zootecnia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, 2004)

<http://lattes.cnpq.br/7986638670904115>

Dr^a. Jamyle Nunes de Souza Ferro

Bacharel em Farmácia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2009)
Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2012)
Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2016)
Pós-doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2018)

<http://lattes.cnpq.br/2744379257791926>

Dr^a. Laís Agra da Costa

Graduada em Ciências Biológicas na Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2011)
Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2014)
Doutora em Ciências Biológicas (Biofísica) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2018)

<http://lattes.cnpq.br/2066151967059720>

Dr. Patrocínio Solon Freire

Graduado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP, 2000)
Bacharel em Teologia pela Universidade Pontifícia Salesiana (UPS- Itália, 2004)
Especialista em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, 2004)
Especialista em Gestão Educacional pelas Faculdades Integradas Olga Mettig (FAMETTIG, 2006)
Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2009)
Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2014)

<http://lattes.cnpq.br/5634998915570816>

Dr. Rafael Vital dos Santos

Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2006)
Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010)
Especialista em Diagnóstico Molecular pela Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS, 2014)
Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010)
Doutor em Materiais pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2014)

<http://lattes.cnpq.br/3000684462222111>

AVALIADORES DESTE NÚMERO

Dr^a. Andrea Marques Vanderlei Fregadoli

<http://lattes.cnpq.br/5455567894430418>

Dr. Anildo Monteiro Caldas

<http://lattes.cnpq.br/6543959400281255>

Dr. Eduardo Cabral da Silva

<http://lattes.cnpq.br/2609068900467599>

Dr. Fábio Luiz Fregadoli

<http://lattes.cnpq.br/7986638670904115>

Dr^a. Laís Agra da Costa

<http://lattes.cnpq.br/2066151967059720>

Dr^a. Lucy Vieira da Silva Lima

<http://lattes.cnpq.br/0010369315381653>

Dr. Rafael Vital dos Santos

<http://lattes.cnpq.br/3000684462222111>

EDITORIAL

A Revista Dimensão (ISSN 2675-5238) iniciada em 2020, é um periódico multidisciplinar trimestral, conta com artigos originais e de revisão da área da educação, saúde, gestão, direito, ciências, administração, tecnologia e outros, desenvolvidos em mestrados e doutorados acadêmicos, por profissionais de instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais. O objetivo da Revista Dimensão é promover o caráter científico, com enfoque no sujeito, entre pesquisadores, graduandos e de pós-graduação que atuam em diferentes áreas do conhecimento. Os artigos encaminhados serão submetidos à avaliação da Assessoria Científica que decidirá sobre a conveniência da publicação, orientando aos autores sugestões e possíveis correções.

De acordo com a política de acesso público e de direitos autorais adotada pela Revista Dimensão, que utiliza a Licença Creative Commons - CC BY, que permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do meu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que atribua o devido crédito pela criação original. Deste modo, cedo à revista o direito de primeira publicação, com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

A Revista Dimensão é uma publicação periódica editada com o intuito de disseminar o conhecimento científico e promover o progresso da ciência. Esperamos que os textos publicados contribuam para a formação intelectual e a reflexão crítica.

Betijane Soares de Barros

SUMÁRIO

RESULTADOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE FERRAMENTAS ENXUTAS (5S/PDCA) EM PEQUENAS E MICRO EMPRESAS <i>Thomas Paes Cavalcanti</i> <i>Anderson Laursen.....</i>	01
INVESTIGAR OS FATORES QUE INFLUENCIAM NA ADESÃO AO TRATAMENTO ANTI-HIPERTENSIVO: REVISÃO DE LITERATURA <i>Maria Ruth Carolynne Apolinário</i> <i>Lúcia Valéria da Silva Teixeira</i> <i>Amara Maria de Lima Buarque</i> <i>Carla Waleska Gomes de Araujo.....</i>	13
CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA À EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Maria das Dores Soares Silva</i> <i>Maria de Lourdes Pessoa Alves</i> <i>Eliete dos Santos Silva</i> <i>Elisangela Oliveira Tavares</i> <i>Cláudio da Costa.....</i>	29
A SUBJETIVIDADE E AS NOVAS TECNOLOGIAS NAS ESCOLAS <i>Michelly Cristina Apolinário de Lucena</i> <i>Maria de Lourdes Pessoa Alves</i> <i>Eliete dos Santos Silva</i> <i>Cláudio da Costa</i> <i>Elisangela da Silva Santos.....</i>	41
PROJETO DE TRÁFEGO PARA O PLANO DE MOBILIDADE URBANA DA CIDADE DE RIACHO DAS ALMAS – PE <i>Nathália Carolina Silva Santos</i> <i>Anderson Laursen.....</i>	49
OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR DIANTE DA NOVA CLIENTELA EDUCACIONAL <i>Adriana Maria Bezerra de Oliveira</i> <i>Éricka Maria Pereira Sobreira de Araújo</i> <i>Antonia Luduina Rodrigues Patrício</i> <i>Antonia Angela de Lima.....</i>	65



Esta obra está sob o direito de Licença
Creative Commons Atribuição 4.0
Internacional.

RESULTADOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE FERRAMENTAS ENXUTAS (5S/PDCA) EM PEQUENAS E MICRO EMPRESAS

Thomas Paes Cavalcanti¹
Anderson Laursen²

RESUMO

Várias empresas, principalmente as de pequeno porte, passam por pressões econômicas, precisando encontrar novas estratégias e metodologias para sobreviverem e se manterem competitivas. Para tanto, o estudo levanta a seguinte questão: Quais são os resultados da implementação das ferramentas 5S e/ou PDCA em pequenas e micro empresas? Essa pesquisa tem por objetivo destacar os resultados da implementação das ferramentas 5S e/ou PDCA em pequenas e micro empresas. Trata-se de uma revisão de literatura do tipo narrativa com base em artigos do ano de 1995-2022. A estratégia 5S trata-se de um plano de implementação baseado na fluidez do ambiente de trabalho, organização e criação de hábitos eficazes. Por outro lado, a PDCA (*Plan-Do-Check-Act*) é uma ferramenta baseada em mapear os problemas da companhia, executar contramedidas, implementação, acompanhamento e padronização. A implementação das ferramentas 5S e/ou PDCA podem ser incluídas de acordo com o perfil da micro empresa. Em geral, essas ferramentas tendem a caminhos semelhantes e sua implementação pode ser unificada. Em termos gerais, a empresa que pretende aplicar esses métodos precisa de uma equipe de organização com foco nessas ferramentas, de modo a criar procedimentos e liderar sua equipe a realizar as mudanças necessárias e continuar o aprimoramento. Essas estratégias foram aplicadas em diversas empresas, como por exemplo: em pequenas indústrias foi observado maior limpeza, organização, maior satisfação dos funcionários e melhorias dos indicadores de performance; na área hospitalar, houve reduções significantes de infecções cruzadas e menor taxa de mortalidade; na agricultura, pequenos agricultores tiveram maior competitividade com grandes empresas e aumento de vendas. Ambas as estratégias, 5S e PDCA, focam em ações que levam a correções de problemas e à diminuição de desperdícios de modo a trazer uma filosofia enxuta para a empresa. Deste modo, essa tem como foco: melhor ambiente de trabalho para colaboradores, e em um trabalho mais rápido e eficaz, para que ao longo prazo, a empresa possa sobreviver à competitividade e prosperar. Além disso, sua aplicação não é limitada, ou seja, pode ser aplicada em diversas áreas.

¹ E-mail: thomas.paes@hotmail.com

² E-mail: anderson.laursen@professores.unifavip.edu.br

Palavras-chave: 5S, PDCA, Aprimoramento-contínuo, filosofia-enxuta

INTRODUÇÃO

As micro empresas, que possuem um quadro de funcionários que podem chegar até 19 colaboradores, e pequenas empresas, que possuem até 99 funcionários, foram o segmento com melhores condições para a criação de empregos no país durante o primeiro trimestre de 2022. Segundo a Agência Sebrae (2022), as MPE (micro e pequenas empresas) geraram mais empregos no Brasil durante esse período. Situação semelhante foi encontrada no primeiro semestre de 2021, no qual 7 em cada 10 vagas foram registradas por pequenos negócios. No entanto, isso não foi realidade para todas empresas de pequeno porte, pois muitas não conseguiram sobreviver às dificuldades que foram expostas num quadro de dificuldade econômica global, tais problemas evidenciam falhas nos processos de melhoria continua dentro da instituição.

Diferente de empresas de grande porte, que têm uma estrutura muito maior e geralmente maior conhecimento, as micro e pequenas empresas normalmente carecem de uma estrutura básica e de conhecimento para continuar se aprimorando. Além disso, é necessário organização do ambiente de trabalho e desenvolvimento de uma cultura de aprimoramento, no qual as MPE também

carecem (BHASIN; BURCHER, 2006). Por exemplo, enquanto pequenos produtores de café têm somente máquinas manuais para o processamento e empacotamento, as grandes indústrias têm máquinas automáticas que são mais rápidas e conservam o sabor e o aroma do café por mais tempo e ainda tem mentoria com especialistas para maior aprimoramento (MUSDHOLIFAH; HARTONO; HARTI, 2020).

Para tanto, a questão norteadora desse trabalho é saber quais são os resultados da implementação das ferramentas 5S e PDCA em pequenas e micro empresas. É evidente que as empresas precisam se adaptar as dificuldades. Desta forma, precisam se reinventar, rever suas estratégias e modos de se trabalhar para procurar enxergar suas fraquezas e ameaças, para que assim possam se fortalecer e competir com o mercado. Logo, esse trabalho tem por objetivo destacar os resultados da implementação das ferramentas 5S/ PDCA em pequenas e micro empresas.

METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão narrativa da literatura; os artigos científicos foram selecionados a partir do Periódico Capes, Pubmed e Scielo, utilizando os descritores:

“pdca approach”, “5s approach”, “5s approach small business”, “Continuous improvement philosophy”, “5s strategy”, “pdca strategy”, “abordagem pdca”, “estratégia pdca”, “estratégia 5S”, “estratégia 5S pequenos negócios”, e “filosofia de melhoria contínua” por meio do operador booleano AND. Em seguida, foram filtrados os artigos publicados entre os anos de 1995-2022, nos idiomas português e inglês.

Os critérios de inclusão foram: artigos originais em pesquisas básicas e aplicadas, e também revisões de literatura. Já os critérios de exclusão compreenderam trabalhos de conclusão de curso, livros, capítulos de livros e artigos publicados em revistas não indexadas em bancos nacionais ou internacionais. Nessa busca foram selecionados 36 artigos e, para melhor delineamento da pesquisa, os trabalhos selecionados pela leitura dos títulos, seguida pela leitura dos resumos e a leitura dos conteúdos na íntegra, e por fim excluídos os títulos que se repetiram ou não se adequaram ao escopo da revista, chegando a um total de 22 artigos.

1. DESENVOLVIMENTO

Ambas as estratégias abordadas nesse trabalho estão incluídas em uma linha de pensamento chamada Filosofia Enxuta (*Lean Philosophy*). LIKER (2004) define

que essa abordagem é uma filosofia que quando implementada, otimiza o tempo de entrega para o cliente e elimina fontes de desperdícios no fluxo de produção. Essa filosofia pode também ser abordada na indústria (se tornando Manufatura Enxuta) e exige alguns requerimentos técnicos: Melhoria contínua, mapeamento de processos, programa de eliminação de desperdícios, redução da base de fornecedores, manutenção e prevenção, gestão de fluxo de produção, entre outros (BHASIN; BURCHER, 2006).

Para que a implementação da filosofia enxuta seja efetuada com sucesso, é necessário que a empresa mude muito mais que ações, mas sim sua cultura. Segundo ALLEN (2000), a filosofia enxuta é uma abordagem sistemática, e cada melhoria vai se somando, e o contrário disso, uma abordagem dispersa simplesmente desnorteia a força de trabalho. KOENIGSAECKER (2000) afirma que muitos dos que tentam implantar essa filosofia falham ao usar de modo isolado, ou seja, é preciso que todos os problemas sejam atacados de forma simultânea. Além disso, a depender do tamanho da empresa, possa ser que demore anos de trabalho padronizado para instalar essa cultura na equipe (SHERIDAN, 2000).

Dentro do pensamento de filosofia enxuta, a estratégia 5S e o método PDCA fazem parte da mesma linha de pensamento,

ou seja, reduzir desperdícios e aumentar a qualidade do trabalho. A estratégia 5S (Tabela 1) trata-se de um plano de implementação com passos fáceis e diretos de seguimento, porém gerenciar os ideais desse conceito ainda continua desafiador. Seus princípios podem ser resumidos em deixar somente o essencial, organização e fluidez do trabalho, limpeza, padronização e formação de novos hábitos (HIRANO; TALBOT, 1995).

Tabela 1

Princípios 5S	
<i>Seiri</i> (Organização)	Remover tudo que não é necessário e deixar somente o essencial
<i>Seiton</i> (Fluidez)	Organizar todos, incluindo colaboradores e equipamentos de maneira que possam trabalhar no lugar certo e de forma harmônica
<i>Seiso</i> (Limpeza)	Limpar toda a área de trabalho e equipamentos de modo a facilitar o trabalho do próximo usuário
<i>Seiketsu</i> (Padronização)	Certificar que todos os procedimentos sejam seguidos por todos os trabalhadores

Shitsuke
(Hábito) Construir uma cultura e modo de viver que possa ser integrado na rotina diária

1.1 PDCA

Um componente chave da atualidade é o aprimoramento contínuo (AC). Em mercados dinâmicos e altamente competitivos o AC dos processos de produção e de outras atividades-chaves é essencial para a sobrevivência da empresa (SINGH; SINGH, 2015). PEÇAS e demais pesquisadores (2021) consideram que o PDCA (Fig. 1), *Plan-Do-Check-Act*, ou seja, “Planejar-Executar-Checar-Agir”, pode ser uma poderosa ferramenta para o AC. Pode-se resumir essa ferramenta em: mapeamento, diagnóstico (descrição dos problemas), análise do problema principal, contramedidas (incluindo a definição das metas alvos), implementação, acompanhamento e padronização.

Em estágios iniciais do AC é escolhido métodos para se identificar oportunidades de melhoramento. Normalmente, o ideal é analisar os indicadores-chaves de desempenho (*Key Performance Indicator - KPI*) ou simplesmente escutar as sugestões dos trabalhadores e também fazer um mapeamento. O mapeamento do fluxo de valor, ou seja, um fluxograma dos passos necessários para entregar um produto

(fornecedores, entrada, processos, saídas e clientes - *SIPOC*) também pode auxiliar o direcionamento (ROTHER; SHOOK, 2003). Dashboards também podem ser usados para melhorar a visualização dos dados. Após a identificação dos problemas e definição das metas-alvo, é recomendado dar um passo atrás para ver quais limitações pessoais e tecnológicas da empresa.

Figura 1
Ciclo PDCA. Retirado de PEREIRA, 2015



1.2 Limitações do AC

Antes de avançar, devemos observar quais lacunas do AC podem implicar limitações para a sua implementação. Segundo HAMBACH; KÜMMEL E METTERNICH (2017), o formato de documentação papel-caneta é a principal causa de impedimentos de projetos do AC. Pois, diminuem o agrupamento e a simplificação de informações para a implementação e o seguimento. Além disso, inexistência de um sistema de informações (SI) e uma documentação resulta na limitação de coleta de dados automática e uma plataforma de análises de resultados. Quanto mais a coleta e análise de dados é feita manualmente, maior tempo irá

consumir (RITTBERGER; SCHNEIDER, 2018). Com as consequências dessas limitações, há menor colaboração e troca de conhecimento entre setores diferentes.

E mesmo quando há sistemas de informações disponíveis, para se ter resultados relevantes, muitas vezes, é necessário mais que técnicas simples da análise de dados como o Excel, mas sim ferramentas avançadas, como a manufatura avançada de dados (MEISTER et al., 2019). Além de técnicas avançadas de análise de dados, os mesmos autores apontam que o mesmo sistema também é necessário correlacionar variáveis e determinar quais são as causas raízes. Ou seja, não basta somente usar as ferramentas estatísticas nos dados, mas sim é preciso ter uma visão científica, logo, indicar como as variáveis podem se correlacionar e quais delas têm maior importância para cada específico e por fim, como podem ser previstas.

Os princípios da indústria 4.0 (I4.0) e tecnologias associadas vieram para superar as limitações do AC, no entanto, requerem altas despesas com tecnologia. A I4.0 representa uma transformação na velocidade e flexibilidade industrial, e seu foco é a integração de novas tecnologias. BIBBY & DEHE (2018) dividiram a I4.0 entre: Internet das coisas (IoT), Sistemas cyber-físicos (CPS), Big Data, Sistema em nuvem (Cloud), Sensores e atuadores (Sens&Act), Robótica autônoma (AutRob),

Simulação e virtualização das cadeias de valores (Sim&Virt), Manufaturamento aditivo (3DP), Sistemas de execução de manufatura (MES) e e-Cadeias de valor (eVC). Ou seja, essas buscam automatizar processos com robótica, deixar os dados agrupados e acessíveis em sistemas de nuvem e sistemas de dados, de forma que máquinas possam enviar dados de forma automáticas e, que as decisões tomadas sejam baseadas em evidências.

De forma geral, podemos dizer que as principais dificuldades enfrentadas pelas companhias em aplicar uma estratégia enxuta é a falta de direcionamento, planejamento e de sequência de projetos adequados (BHASIN; BURCHER, 2006). Os autores ainda recomendam que para ser alcançado essa filosofia, deve-se ter: uma aplicação simultânea de 5 ou mais ferramentas técnicas: visão de longo prazo; instalação de uma visão de melhoramento contínuo; fazer várias mudanças culturais; reforçar o empoderamento; e propagar os princípios enxutos através da cadeia de valor.

1.3 Resultado das implementações

A implementação das ferramentas 5S e/ou PDCA podem ser incluídas de acordo com o perfil da empresa. Em geral, essas ferramentas tendem a caminhos semelhantes (Tabela 2) e sua

implementação pode ser unificada. Em termos gerais, a empresa que pretende aplicar esses métodos precisa de uma equipe de organização com foco nessas ferramentas, de modo a criar procedimentos e liderar sua equipe a realizar as mudanças necessárias e continuar o aprimoramento. Abaixo será descrito quais foram os resultados que os pesquisadores obtiveram na implantação dessas ferramentas.

Tabela 2 - Aprimoramentos normalmente associada aos métodos 5S/PDCA

Aprimoramentos
Adaptações as mudanças
Automação de serviços
Consultoria com especialistas
Criação de novos hábitos
Detecção precoce de problemas
Integração das informações com a equipe
Maior nível de entendimento dos colaboradores
Maior nível de limpeza
Melhor avaliação de métricas de eficiência
Melhor uso de ferramentas
Padronização de procedimentos

A estratégia 5S foi experimentada com objetivo reduzir os riscos de acidentes humanos da fabricação de produtos e ao mesmo tempo reduzir o custo de soldas defeituosas (MANZANARES-CAÑIZARES et al., 2022). Os aprimoramentos incluíram

maior limpeza das ferramentas, melhor controle de umidade e temperatura do ambiente, organização das estações de soldagem, identificação das áreas de produção e armazenamento, entre outras medidas. Os resultados mostram que houve melhoria dos indicadores de performance, como custo da qualidade e custo com soldas defeituosas, e menor quantidade de produtos em não conformidade (Fig. 2).

Figura 2

(a) Armazenamento de produtos metálicos em containers
(b) armazenamento dos mesmos produtos após a estratégia 5S.



Fonte: MANZANARES-CAÑIZARES et al., 2022.

Os pesquisadores RADZALI & THOMAS (2020) experimentaram a implementação do sistema 5S no setor de embalagens de uma indústria de pequeno porte. Eles aplicaram um questionário aos funcionários antes e durante a implementação e obtiveram bons resultados. Os resultados foram avaliados a partir das notas, de 0 (Muito pobre) a 5

(Muito bom), que os funcionários deram como resposta. Por exemplo, na pergunta sobre satisfação com seu ambiente de trabalho, antes do sistema 5S a nota foi 2,9 e após 3 meses de implementação a nota foi 4,5.

Segundo os funcionários do setor, outros parâmetros da mesma pesquisa também melhoraram após a implementação. Por exemplo, a segurança subiu de 2,8 para 4,4; nível de limpeza de 1,8 para 4,1; coisas desnecessárias/bagunça de 1,5 para 4,3. A única limitação relatada foi a resistência dos empregadores e cargos mais altos de mudar. De acordo com os testes realizados, a implementação do sistema 5S trouxe uma série de benefícios para a companhia e para toda a equipe. Segundo os autores, uma nova cultura foi criada, no qual os colaboradores se sentiram mais motivados em manter um ambiente organizado e terminar seu trabalho sem atrasos com desperdícios de tempo (RADZALI; THOMAS, 2020).

O método 5S também foi aplicado em uma indústria de peças automotivas e de máquinas (AGRAHARI; DANGLE; CHANDRATRE, 2015). As implementações incluíram: melhora do espaço visual (Fig. 3), organizar tudo que não é importante para tal setor com uma etiqueta vermelha (Fig. 4), padronização de métodos de limpeza, checagem dos passos anteriores e reforço da filosofia enxuta e do sistema 5S. Os autores

concluem que houve melhorias da prevenção de perdas, no gerenciamento de tempo, nas condições de trabalho dos colaboradores, menores custos de manutenção de máquinas, menos riscos de acidente e maior padronização.

Figura3

– Organização de ferramentas antes (a) e após a estratégia 5S (b).



Fonte: AGRAHARI; DANGLE; CHANDRATRE, 2015.

Figura 4

Padronização de informação de diferentes tipos de materiais.



Fonte: AGRAHARI; DANGLE; CHANDRATRE, 2015.

O conceito de PDCA pode ser aplicado em uma ampla gama de negócios. Os pesquisadores QIU & DU (2021) aplicaram essa estratégia no campo hospitalar e analisaram as métricas como taxa de infecção de patógenos, qualidade de desinfecção e esterilização, resíduos médicos, higiene das mãos, entre outros. Primeiro o time PDCA implementou pequenos ajustes em cada um desses parâmetros juntamente com outros colaboradores, com checagem diariamente e então análise dos resultados. Após alguns meses, todas essas métricas de prevenção de riscos de infecções cruzadas melhoraram, o que beneficiou diretamente a saúde dos pacientes e dos profissionais de saúde.

Ainda no contexto hospitalar, o método PDCA melhorou a taxa de eficiência do tratamento de sepse e qualidade da assistência médica (LIU, et al., 2022). No mapeamento, os principais problemas encontrados envolveram estoque de antibióticos, nível de conhecimento da equipe e falta de padronização. Em aproximadamente um ano de implementação e acompanhamento, já foi possível obter bons resultados: a taxa de mortalidade por choque séptico caiu de 25,7% para 16,8%; os dias de internação na UTI reduziram de 9,25 dias para 7,97 dias. Ou seja, houve menos mortes por choque séptico e os pacientes puderam sair da sala de UTI mais rapidamente.

A redução dos níveis de infecções nosocomiais (ou seja, infecção adquirida após a internação do paciente) na sala de endoscopia também foi usada como alvo a partir da estratégia PDCA (KONG et al., 2021). Foram aprimorados: times de controle de infecção hospitalar, padronização de inspeções, formulação de processos de limpezas e desinfecções, entre outros. A incidência de infecções nosocomiais no grupo PDCA (0,98%) foi menor do que a do grupo controle (2,76%). Além disso, as taxas de aprovação de higiene das mãos, de desinfecção da cavidade do endoscópio e da poluição biológica todas melhoraram. Sumariamente, o gerenciamento do ciclo PDCA foi benéfico para reduzir o risco de infecção hospitalar e conscientização da equipe de saúde.

Uma pesquisa teve como objetivo através da ferramenta PDCA aumentar as vendas de café de pequenos agricultores de café (MUSDHOLIFAH; HARTONO; HARTI, 2020). O mapeamento dos problemas foi feito através de grupos de discussões entre os agricultores e especialistas. Os principais problemas atacados foram: 1 - a torra do café, que passou a ser automática ao invés de manual; 2 - o empacotamento, que agora é feito com máquinas prensadoras para manter melhor qualidade do café (aroma, sabor, aparência, granulometria). A estratégia PDCA teve impactos positivos,

conseguindo aumentar em 15% as vendas dos meses anteriores, e assim, passando a ter melhor competitividade no mercado e aumentando as rendas dos agricultores.

A metodologia 5S pode trazer vantagens também para o meio educacional (WITT; SANDOE; DUNLAP, 2018). Nesse trabalho, os autores testaram alunos com provas antes e depois de aplicarem a abordagem 5S juntamente com o ciclo de aprendizado de Kolb (Experiência concreta – Observação refletiva – Conceptualização do abstrato – Aplicação ativa). Os resultados apontaram que os estudantes tiveram maiores oportunidades de trabalhar conceitos abstratos relacionados à área de negócios conectados a aplicações práticas. Ou seja, conceitos de difíceis de aprender foram ser ensinados de forma mais fácil e a aplicar o aprendizado dos alunos de tal forma que os ajude na vida real.

CONCLUSÃO

As micro e pequenas empresas devem sempre procurar aprimoramentos contínuos (AC) para se manter à frente de um mercado globalizado e competitivo. Para isso, é necessária uma filosofia enxuta, ou seja, que elimine desperdício e aumente a eficácia do trabalho, dentro dessa linha de visão, as estratégias 5S e PDCA podem ser fatores chaves para a construção de uma nova cultura, em prol da organização, limpeza, agilidade e padronização

Enquanto a 5S significa organização, limpeza, fluidez do trabalho, padronização e construção de novos hábitos, a PDCA significa planejar, agir, checar e tomar decisões com base nos novos resultados. Essas estratégias costumam implementar ações corretivas e, ao longo prazo, preventivas, grupos de inspeção e informar a equipe no geral para trabalharem de forma mais ágil e coordenada, além de melhorar a manutenção de equipamentos e aumentar seu tempo de vida útil. E dessa forma, menos acidentes são gerados, há maior economia na empresa, funcionários mais satisfeitos e maior valor é gerado tanto para companhia quanto para colaboradores.

Deve-se destacar aqui que ambas estratégias, 5S e PDCA, podem ser usadas de forma complementar e em qualquer tipo de empresa. Como resultado das implementações das ferramentas 5S e/ou PDCA, desde pequenas comércios, indústrias, hospitais, e até mesmo pequenos agricultores puderam tirar vantagens dessas ferramentas. Pode não ser somente necessário maquinários novos ou sistemas de informação, mas também organização, uma equipe bem treinada e interconectada, ou seja, desde base da empresa até os colaboradores de maior autoridade dela, devem ser comunicar de forma interpessoal e intersetores.

REFERÊNCIAS

AGRAHARI, R. S.; DANGLE, P. A.; CHANDRATRE, K. V. Implementation of 5S methodology in the small scale industry: a case study. **International Journal of Scientific & Technology Research**, v. 4, n. 4, p. 180-187, 2015.

ALLEN, John H. Make lean manufacturing work for you. **Manufacturing Engineering**, v. 124, n. 6, p. 54-54, 2000.

BHASIN, Sanjay; BURCHER, Peter. Lean viewed as a philosophy. **Journal of manufacturing technology management**, 2006.

BIBBY, Lee; DEHE, Benjamin. Defining and assessing industry 4.0 maturity levels—case of the defence sector. **Production Planning & Control**, v. 29, n. 12, p. 1030-1043, 2018.

HAMBACH, J.; KÜMMEL, K.; METTERNICH, J. Development of a digital continuous improvement system for production. **Procedia CIRP**, v. 63, p. 330-335, 2017.

HIRANO, Hiroyuki; TALBOT, Bruce. **5 pillars of the visual workplace: the sourcebook for 5S implementation**. Productivity Pr, 1995.

KOENIGSAECKER, G. Lean manufacturing in practice. **Industry Week**, v. 9, p. 11-18, 2000.

KONG, Xiaoming et al. The application of plan, do, check, act (PDCA) quality management in reducing nosocomial infections in endoscopy rooms: it does work. **International Journal of Clinical Practice**, v. 75, n. 8, p. e14351, 2021.

LIKER, Jeffrey K. **Toyota way: 14 management principles from the world's greatest manufacturer**. McGraw-Hill Education, 2004.

LIU, Chunxia et al. Application of the PDCA cycle for standardized nursing management in sepsis bundles. **BMC anesthesiology**, v. 22, n. 1, p. 1-8, 2022.

MANZANARES-CAÑIZARES, Carlos et al. A 5S Lean Strategy for a Sustainable Welding Process. **Sustainability**, v. 14, n. 11, p. 6499, 2022.

MEISTER, Maximilian et al. Manufacturing Analytics for problem-solving processes in production. **Procedia CIRP**, v. 81, p. 1-6, 2019.

MUSDHOLIFAH, Musdholifah; HARTONO, Ulii; HARTI, Harti. The

strategy of product quality improvement on small business coffee sales performance. In: **International Conference on Research and Academic Community Services (ICRACOS 2019)**. Atlantis Press, 2020. p. 81-84.

PEÇAS, Paulo et al. Pdca 4.0: A new conceptual approach for continuous improvement in the industry 4.0 paradigm. **Applied Sciences**, v. 11, n. 16, p. 7671, 2021.

PEREIRA, Fernando Valim. Uma proposta de implantação do programa 5s com base na metodologia do PDCA na empresa Gato Mia Confecções LTDA de Sombrio-SC. 2015.

QIU, Huanmin; DU, Weiwei. Evaluation of the effect of PDCA in hospital health management. **Journal of Healthcare Engineering**, v. 2021, 2021.

RADZALI, Mohd Adzrie; THOMAS, Vincent. Assessment on 5S Approach Strategy for Small Medium Enterprise (SME): A Case Study in Sabah. **Journal of Advanced Mechanical Engineering Applications**, v. 1, n. 2, p. 7-19, 2020.

RITTBERGER, S.; SCHNEIDER, Markus. Continuous improvement of lean processes with industry 4.0 technologies. In:

Proceedings of the 11th International Doctoral Students Workshop on Logistics, Magdeburg, Germany. 2018.

Innovative Education, v. 16, n. 4, p. 264-280, 2018. ,BML

ROTHER, Mike; SHOOK, John. **Learning to see: value stream mapping to add value and eliminate muda.** Lean enterprise institute, 2003.

SEBRAE, Agência. Pequenos negócios fecham o primeiro semestre de 2022 respondendo por 7 em cada 10 empregos no Brasil Disponível em: <<https://agenciasebrae.com.br/brasil-empreendedor/pequenos-negocios-fecham-o-primeiro-semester-de-2022-respondendo-por-7-em-cada-10-empregos-no-brasil/>> Acesso em 21 de Outubro de 2022.

SHERIDAN, John H. GROWING WITH LEAN. **Industry Week/IW**, v. 249, n. 16, p. 32-36, 2000.

SINGH, Jagdeep; SINGH, Harwinder. Continuous improvement philosophy– literature review and directions. **Benchmarking: An International Journal**, 2015.

WITT, Christine M.; SANDOE, Kent; DUNLAP, Joanna C. 5S your life: using an experiential approach to teaching lean philosophy. **Decision Sciences Journal of**



Esta obra está sob o direito de Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

INVESTIGAR OS FATORES QUE INFLUENCIAM NA ADESÃO AO TRATAMENTO ANTI-HIPERTENSIVO: REVISÃO DE LITERATURA

Maria Ruth Carolynne Apolinário¹

Lúcia Valéria da Silva Teixeira²

Amara Maria de Lima Buarque³

Carla Waleska Gomes de Araujo⁴

RESUMO

O presente artigo tem por intuito analisar os fatores que interferem na adesão dos portadores de hipertensão arterial sistêmica ao tratamento farmacológico e não farmacológico necessário para controle dessa patologia. Trata-se de uma pesquisa retrospectiva, descritiva e exploratória considerando literaturas publicadas no período de 2001 a 2015 que versam a temática. Percebe-se que, existe inúmeros fatores que interferem na adesão ao tratamento da hipertensão arterial sistêmica (HAS). Para haver um tratamento adequado e uma evolução desejável da doença, é necessário que sejam desenvolvidas ações multiprofissionais e intersetoriais para assim poder ajudar o paciente e sua família em diversas dimensões, ou seja, em sua integralidade.

Palavras-chave:

Hipertensão arterial sistêmica, adesão, análise, tratamento e indivíduos.

¹ E-mail: ruthy_carolynne20@hotmail.com

² E-mail: lteixeira@usp.br

³ E-mail: amarabuarque@hotmail.com

⁴ E-mail: Carla Waleska Gomes

INTRODUÇÃO

Atualmente, a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é um dos maiores desafios para a saúde pública brasileira e mundial, pois estudos indicam que a incidência da HAS no mundo seja de um bilhão de pessoas, sendo a mesma responsável por aproximadamente 7,1 milhões de mortes ao ano no mundo. No Brasil a prevalência da HAS em adultos variam de 22% à 44%, sendo acima de 50% em pessoas com idade entre 60 à 69 anos e de 75% em pessoas com idade superior a 70 anos. Segundo a Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL, 2011) a incidência da HAS é de 22,7% na população acima de 18 anos, sendo 25,4% em mulheres e 19,5% em homens. Dados do Ministério da Saúde revelam que mais de 30 milhões de brasileiros sofrem de Hipertensão arterial (BRASIL, 2015).

A HAS é considerada uma “assassina silenciosa” por muitas vezes haver uma ausência de sinais e sintomas clínicos quando a mesma encontra-se elevada, deixando os pacientes a mercê de um diagnóstico dificultoso por conta da ausência dos mesmos, e em alguns casos um tratamento atrasado que pode levar a um comprometimento de órgãos vitais para funcionamento do organismo (SMELTZER et al, 2009).

Por ser uma patologia silenciosa e ao mesmo tempo bastante agressiva, o modelo terapêutico estabelecido pelos profissionais de saúde deve ser seguido para não se agravar o quadro da HAS e possivelmente reduzir suas consequências. O profissional da saúde deve estar apto a trazer estratégias para melhorar a adesão do usuário, tanto no tratamento terapêutico e especialmente no tratamento não terapêutico para melhorar as suas condições de saúde (OLIVEIRA et al, 2008).

Conforme as VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial “prevenir e tratar a HAS envolve ensinamentos e conhecimento da doença, de suas inter-relações, de suas complicações, e implica muitas vezes na mudança do estilo de vida das pessoas”. É visto que a aquisição de conhecimentos em relação à patologia é fundamental para o paciente poder identificar a relação existente entre a HAS e o desenvolvimento de outras possíveis patologias quando a mesma não é controlada adequadamente (VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão, 2010).

A não adesão do paciente hipertenso ao tratamento anti-hipertensivo ainda é um grande desafio que a saúde pública vem enfrentando atualmente (GIROTTI et al, 2013).

Atualmente, há um grande avanço científico e tecnológico em prol do tratamento correto da HAS, e um enorme empecilho é a adesão inadequada dos usuários a estes tratamentos que são propostos. Entende-se por adesão do tratamento o seguimento da junção entre a prescrição médica (farmacológica) e orientações não-farmacológicas (MENDES et al, 2014).

Isso quer dizer que, a humanização acima de tudo incentiva a transferência de conhecimentos entre os profissionais, usuários e seus familiares, sendo que a equipe de profissionais devem discutir o modo de trabalhar em conjunto, entendendo que não é necessário comparar discussão de problemas com a resolução dos mesmos e sim edificação de uma coletividade que juntos possam elaborar condições que possam ser melhoradas (POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO, 2004).

A quantidade de fatores que se relacionam com a aderência ao tratamento anti-hipertensivo permite identificar que o acompanhamento contínuo dos pacientes hipertensos para propor tratamento adequado ainda é uma barreira enfrentada por muitos profissionais de saúde, principalmente a enfermagem (FAVA et al, 2014).

Entende-se que, a consulta de enfermagem é uma ferramenta

imprescindível para favorecer a adesão adequada ao tratamento anti-hipertensivo, pois através da escuta qualificada o profissional abre caminhos para tirar dúvidas, dialogar, exporem suas preocupações e motivos pelos quais não aderem ao tratamento. A partir dessa escuta qualificada o profissional poderá propor metas e possibilidades que ajudem o paciente no tratamento de acordo com o entendimento e de acordo com seu estilo de vida (FAVA et al, 2014).

Para aderir o tratamento é necessário que o paciente esteja de acordo com a prescrição estabelecida pelo médico e a atitude do próprio paciente, apesar de que, existe uma lista de fatores que contribuem para o não seguimento do tratamento tal como dificuldades financeiras, maior número de medicamentos, os efeitos adversos dos medicamentos, obstáculos no acesso aos sistemas de saúde, a ineficaz relação entre profissional de saúde e paciente, as peculiaridades da doença assim como, sua cronicidade (GIROTTO et al, 2011).

A alteração das atitudes dos hipertensos frente a terapêutica medicamentosa e a não medicamentosa como no caso da dieta, práticas de exercícios físicos são desafiadoras tanto para os serviços de saúde quanto para os pacientes, cabendo aos profissionais de saúde observar os grupos mais vulneráveis

na baixa aderência ao tratamento e prôpor estratégias individuais ou coletivas de acordo com a necessidade do cliente (GIROTTO et al,2011).

O manejo da HAS na população ainda esta distante do modelo ideal onde o não seguimento do tratamento medicamentoso está fortemente relacionado com uma baixa efetividade no tratamento (COELHO, NOBRE 2006).

Um fator de extrema relevância para adesão do tratamento anti-hipertensivo é o apoio da equipe multiprofissional que pode dar suporte suficiente aos pacientes hipertensos para que os mesmos consigam vencer as barreiras de incluir atitudes que favoreçam a efetividade da terapêutica objetivando o crescimento de pacientes assistidos adequadamente, e aderência a estilos de vida que favoreçam o tratamento (QUARESMA et al, 2011).

A PNH (política nacional de humanização) refere que para atingir a saúde como principal fator de uso é necessário ter como princípio; a interação com usuários, assegurar os direitos dos pacientes e seus familiares, assim como, incentivar os mesmos a serem protagonistas do sistema de saúde através do seu poder coletivo, mas é também dar melhores condições de trabalho aos profissionais de saúde para que eles possam criar novas ações quando julgarem

necessário (POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO, 2004).

Sendo assim, este estudo tem por intuito analisar os fatores que interferem na adesão de usuários portadores de hipertensão arterial sistêmica do tratamento farmacológico e não farmacológico necessário para controle dessa patologia.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa retrospectiva, descritiva e exploratória a fim de analisar os fatores que interferem na adesão ao tratamento anti-hipertensivo considerando os artigos científicos, dissertações e literaturas publicadas no período de 2001 a 2015, o banco de dados utilizados para a busca do material da pesquisa foram Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal Saúde (Ministério da Saúde), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), dados bibliográficos entre outros.

A pesquisa foi realizada no período de agosto a dezembro de 2015, onde os descritores utilizados para executá-la foram: hipertensão arterial sistêmica, adesão, análise, tratamento e indivíduos. A inserção da literatura no trabalho seguiu a regra de ter a presença de um ou mais destes descritores já acima citados. Foram analisados 50 trabalhos de acordo com publicação, temática, objetivos, conteúdo e

idioma, sendo que no primeiro momento foi analisado os objetivos, o idioma e o ano de publicação para reconhecer se estava de acordo com o que queria retratar na pesquisa. No segundo momento foi explorado o conteúdo cuja temática relacionava-se com fatores que podem influenciar na adesão do tratamento anti-hipertensivo.

Considerando que a pesquisa envolve indiretamente seres humanos e incluindo o manejo de informações já publicadas, o manuscrito científico foi feito em conformidade com todas as recomendações da Portaria 196\ 96 do Conselho Nacional de Saúde do Brasil que regulamentam estudos envolvendo seres humanos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a seleção e análise dos artigos e dissertações, foram estabelecidas algumas variáveis relevantes para apreciação das produções científicas da temática pesquisada. Após levantamentos bibliográficos, incluindo manuais, produções científicas e livros que versam a temática de fatores que podem influenciar na adesão do tratamento anti-hipertensivo foi possível verificar que os estudos apresentam semelhanças e diferenças nos contextos dos objetivos, resultados e discussões. As categorias utilizadas para interpretar os dados foram: HAS:

epidemiologia, definição, fatores de risco, diagnóstico e tratamento, fatores que influenciam à não adesão ao tratamento anti-hipertensivo.

HAS: ESPIDEMIOLOGIA, DEFINIÇÃO, FATORES DE RISCO, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO

Verificou-se que o impacto das doenças crônicas não-transmissíveis na saúde da população é crescente e que a HAS possui estimativa de 22,7% configurando-se como um dos agravos crônicos mais comuns e com repercussões clínicas mais graves. Deslocando agora a exposição para a incidência da HAS estima-se que mais de 30 milhões de brasileiros são atingidos pela doença e apenas um terço desta população mantém sua pressão arterial controlada (PERES et al, 2011).

Em vista essa prevalência observa-se na literatura dos artigos que, a HAS intensa e não controlada evolui para alterações ou disfunções nos órgãos alvos como cérebro, rins, e coração ocasionando possíveis danos como o acidente vascular cerebral, insuficiência cardíaca, infarto agudo do miocárdio, e Insuficiência Renal Crônica (SMELTZER et al, 2009).

Atualmente as mortes por doenças cardiovasculares (DCV) vem aumentando progressivamente, e tem sido considerada a principal causa de morte no Brasil (VI

Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial). A HAS é observada como principal fator de risco para DCV (MIRANDA, 2002).

É notório que além de ser considerado o principal fator de risco para (DCV), ganha destaque por ser uma patologia crônica e que vem acometendo cada vez mais as pessoas, tornando-se um dos principais problemas de saúde pública que quando diagnosticada tardiamente ou quando o hipertenso não adere ao tratamento anti-hipertensivo corretamente pode acarretar em complicações, isto é, aumentando o número de internações, e elevando os custos médico-hospitalares e socio-econômicos (MIRANZI, 2008).

Percebe-se que, a HAS vem aumentando progressivamente apresentando-se muitas vezes com evolução desfavorável quando não se tem o manejo adequado da mesma, o tratamento é de custo alto, e muitas vezes é subdiagnosticada e subtratada o que ocasiona a limitação de possíveis estratégias que poderiam retardar a evolução clínica da patologia e diminuir possíveis consequências como o comprometimento de algum dos órgãos-alvos.

Conforme a VI Diretrizes Brasileiras de HA caracteriza a HAS como “condição clínica multifatorial caracterizada por níveis elevados e sustentados da PA”. O

diagnóstico da HAS em adultos é dado através da medida da PA (pressão arterial) em duas ou mais aferições em períodos diferentes, em que os valores da PAD (pressão arterial diastólica) se encontram maior ou igual a 90 mmHg e a PAS (pressão arterial sistólica) maior ou igual a 140 mmHg (OPARIL et al, 2001). É primordial que quando for identificada seja monitorizada regularmente, pois se trata de uma condição crônica (SMELTZER et al, 2009).

Diante dos estudos analisados nota-se que, uma vez diagnosticado como hipertenso o indivíduo deve ser avaliado rotineiramente como um todo e não só sua PA, ou seja, suas condições clínicas, seus órgãos vitais visto que a HAS é uma patologia de evolução crônica e que a mesma pode evoluir desfavoravelmente causando consequências.

Estudos evidenciam que os fatores de risco para a hipertensão são idade onde acomete mais de 60% da faixa etária acima de 65 anos, o gênero onde a prevalência é maior em homens até os 50 anos, a etnia predominando nos afros descendentes, alto índice de massa corporal, ingestão descontrolada de sal (cloreto de sódio) e bebidas alcoólicas, o sedentarismo, níveis socioeconômicos e genéticos (VI DIRETRIZES BRASILEIRAS DA HIPERTENSÃO ARTERIAL, 2010). Dentre esses fatores de risco podem ser

classificados em três classes: hereditário, socio econômicos e ambientais, e comportamentais. Estes últimos são os que apresentam alto índice e os quais a intervenção seria mais eficaz como no caso do sedentarismo, obesidade, tabagismo e alcoolismo (BRASIL,2001).

Observamos que, os fatores de risco modificáveis ou seja aqueles que podem ser mudados ou adequados para se evitar a HAS ou tornar o tratamento mais propício são os que se apresentam mais frequentes.

Muitos pesquisadores afirmam que o reconhecimento da HAS antecipadamente, e o estabelecimento de um vínculo entre os portadores da doença com as instituições de saúde primárias, mostram-se relevantes para que ocorra um manejo adequado e um bom êxito no domínio deste agravo (ROTTA et al, 2004).

Os estudos analisados a cerca da temática mostra que o tratamento da HAS exige do indivíduo mudanças no seu comportamento referente à alimentação, a ingestão medicamentosa e seu estilo de vida. Se não existir uma orientação correta em relação ao tratamento e sua importância, estas alterações podem causar o comprometimento da qualidade de vida do hipertenso e ocasionalmente o abandono do tratamento (MIRANZE,2008).

Desde os últimos anos, a Estratégia de Saúde da Família tem se destacado por

ser um programa facilitador para intervenções em saúde, pois permite o conhecimento da realidade dos indivíduos hipertensos e as barreiras que muitas vezes interferem na adesão ao tratamento, o que facilita as intervenções da equipe de saúde quando é construído um vínculo entre o indivíduo, família e equipe de saúde. Sem falar nas propostas que são dadas pelo programa hiperdia que busca prevenir futuras complicações que venham a ocorrer da não aceitação da terapia anti-hipertensiva prescrita pelo profissional médico (MIRANZE,2008).

Com isso percebeu-se que as instituições de saúde assim como, os profissionais de saúde são de grande valia para evolução favorável, para evolução adequada da HAS e que há programas voltados para o cuidado do paciente hipertenso como o Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Hipertensos e Diabéticos (HIPERDIA), e que há uma procura por atendimento na atenção primária.

Isso demonstra que os programas criados pelo Ministério da Saúde estão presentes nas ESF e estão em funcionamento, mesmo que haja falhas. Mas para que se evitem essas falhas é fundamental que haja uma reorganização e conhecimentos na oferta dos cuidados primários e uma maior integração da equipe multidisciplinar para que o

atendimento prestado ao paciente resulte em menos danos a sua saúde.

FATORES QUE INFLUENCIAM À NÃO ADESÃO AO TRATAMENTO ANTI-HIPERTENSIVO

O segmento do tratamento anti-hipertensivo é definido como a junção entre a prescrição terapêutica, e a alteração do estilo de vida do indivíduo. O abandono do tratamento hipertensivo aumenta a cada dia referente as dificuldades que o cliente se depara na adaptação de um novo estilo de vida que lhes é estabelecido contribuindo assim, para desenvolver complicações (FRANCELI et al, 2008).

Observa-se na literatura que falha na terapêutica das doenças crônicas é resultante da insuficiência de adesão, o que provoca interesse por parte das equipes de saúde no seguimento da terapia proposta ao paciente, pois a ausência da aderência ao tratamento pode interferir na assistência de saúde prestada e na sua qualidade de vida (MALDANER et al, 2008).

O não segmento do tratamento da HAS tem sido uma grande barreira enfrentada pela assistência em saúde onde a maior dificuldade está relacionada a ineficiência do controle da pressão arterial, baixo índice de aderência à medicação, pouco interesse pelo tratamento não medicamentoso, pequeno incentivo da família, baixa condições socioeconômicas,

assim como dificuldades que são enfrentadas para ter acesso aos serviços de saúde (FRANCELI et al, 2008).

Notamos que, um dos grandes desafios do controle das doenças crônicas, é a maneira como os portadores das patologias procedem o seu tratamento. Pois as doenças crônicas requerem um cuidado especial por longos períodos ou por uma vida inteira e não se restringe apenas em uma terapia medicamentosa mas também, a mudança no estilo de vida, comportamento e dietas.

As consequências da HAS não tratada corretamente interfere na qualidade de vida e sobrevida das pessoas (FAVA, 2010). Por se tratar de uma patologia crônica, é fundamental para seu devido controle as alterações do estilo de vida, o que muitas vezes pode haver mudanças psicológicas, familiares e sociais. Há diversos fatores que podem interferir negativamente no manejo adequado da HAS um dos principais é o conhecimento deficiente sobre a doença, suas consequências e seu tratamento, o que isso pode influenciar para não adesão ao tratamento (FAVA,2010).

É imprescindível destacar que, diversos fatores podem interferir tanto positivamente quanto negativamente no tratamento anti-hipertensivo, e o portador de HAS está sujeito a enfrentar inúmeras barreiras desfavoráveis quando a terapia

anti-hipertensiva não é seguida da maneira corretamente.

A dificuldade de adaptação ao tratamento acabam sendo o principal alvo de resistência que os profissionais de saúde encontram. Mostra-se que, o grande obstáculo para controlar essa doença é a má adesão ao tratamento da pessoa com HAS (SARAIVA, 2007).

A aceitação da cronicidade da HAS por parte do paciente é uma dificuldade a ser enfrentada, e se associa a sentimentos negativos como: raiva, tristeza entre outros, sendo necessária a conscientização em relação ao seguimento do tratamento proposto, só que para que isso ocorra é necessário o conhecimento da doença, seus sintomas, e o principal, o indivíduo querer se adequar e realizar o tratamento (OLIVEIRA;2011).

Outros estudos apontam que o obstáculo da terapêutica anti-hipertensiva pode ser proveniente das equipes de saúde serem impróprias e da organização das mesmas e das culturas dos próprios pacientes, que muitas vezes se tornam dificuldades para atender ou mudar conceitos já existentes (MEDEIROS, 2006).

Diante destas observações foi possível perceber que a estrutura e a organização dos serviços de saúde assim como, a interação da equipe

multiprofissional com o paciente e sua família influencia na adesão ao tratamento.

Oliveira (2011) relata que a dificuldade do portador em aderir ao tratamento está na falta de informações adequadas sobre o tratamento anti-hipertensivo.

Por existir uma falta de sintomas específicos, ausência assimilativa que o tratamento será contínuo, além do aparecimento de possíveis complicações secundárias, tudo isso em conjunto atuará fortemente na piora da doença quando o cliente não aceita o tratamento (FRANCELI et al, 2008).

Notamos com a literatura analisada que a não adesão ao tratamento anti-hipertensivo é um problema multifatorial ou seja inclui uma série de fatores como foi exposto.

Estudo sobre a adesão e não adesão ao tratamento de saúde refere que o ser essencial para o sucesso ou insucesso do tratamento é o portador da patologia, pois ele será o responsável em obedecer, seguir ou executar as orientações dos profissionais de saúde adequados a sua patologia (REINERS et al, 2008).

Apesar das eficácias e da necessidade do tratamento anti-hipertensivo, ainda existe pouca adesão a ele. O ato de reconhecer os pontos que levam a carência ou a deficiência na adesão do tratamento anti-hipertensivo é

importante, por que só assim as equipes de saúde podem promover estratégias que visem contornar estes pontos agindo diretamente nas necessidades desses indivíduos.

É notório que quando é adotado a mudança na vida do indivíduo portador da HAS, haverá uma transformação não só na área biológica do mesmo mas também, psicológica, convívio familiar, social ou econômico, com chance de agravo ao final podendo comprometer a qualidade de sobrevivência da pessoa doente (FRANCELI et al, 2008).

Relata-se que, indivíduos com baixa escolaridade e baixo poder aquisitivo estão mais propensos a não aderirem corretamente o tratamento (OLIVEIRA, 2011).

É visto que, deve existir uma ligação na terapia anti-hipertensiva entre os profissionais e o paciente, pois os dois direta ou indiretamente estão envolvidos no tratamento.

Diversos autores mostram que existem diversas formas e intervenções para incentivar o tratamento anti-hipertensiva. As medidas mais usadas são a boa relação entre a equipe de saúde não só com o portador da patologia mas também com sua família, ações educativas e de motivação, redes de apoio onde possam ser garantidos o acesso a medicamentos e orientações sobre a

terapêutica medicamentosa e não medicamentosa (FARIAS 2008, RAMOS 2008, UNGARI 2007, VIEIRA 2006).

Outros autores como Medeiros 2006 aponta que para se ter uma adequada adesão terapêutica anti-hipertensiva é necessário concordância do paciente com o profissional de saúde, fora o seguimento do tratamento proposto e sua participação na busca de estratégias que visem sua melhora assim como a execução das mesmas.

A OMS (organização mundial de saúde) diz que para haver evolução na aderência o portador da HAS necessita de incentivo e não repreensão, esse incentivo requer uma abordagem multiprofissional. Já Ungari (2007) aponta que é imprescindível a abordagem multiprofissional com diferentes profissionais que lidam com os pacientes hipertensos como médicos, enfermeiros, farmacêuticos entre outros usando a educação em saúde para atender o paciente integralmente assim como, identificar os fatores que interferem na adesão do tratamento.

A junção da equipe multiprofissional é capaz de despertar no indivíduo atividades que possam fazer com que a atuação anti-hipertensiva torne-se eficaz e sucessiva (VI DIRETRIZES BRASILEIRAS DE HIPERTENSÃO 2006).

Mostra-se que, grande parte dos estudos não colocam a cargo dos profissionais de saúde as responsabilidades de possíveis consequências no tratamento, visto que o paciente pode escolher ou não em seguir o tratamento prescrito pelo profissional.

Entretanto, para uma adesão significativa do tratamento medicamentoso e não medicamentoso como: tomada de medicamentos, mudança na dieta, entre outras exige algumas alterações no cotidiano do indivíduo e de sua família, onde nessa parte os profissionais da saúde poderão propor medidas educativas.

Apenas orientações não é o suficiente para que os pacientes adotem a mudança dos seus comportamentos, é necessário que haja métodos que considerem a compreensão dos mesmos em relação a inserção de novos hábitos na sua vida para melhoria das condições de saúde, dando ênfase nas medidas educacionais em saúde que devem ser contínuas e de direção única a cada indivíduo com sua história de vida diferente e com seus problemas para que assim as causas da não adesão ao tratamento sejam alcançadas (FRANCELI et al., 2008).

Destaca-se que, para se influenciar na melhora das condições de saúde do cliente hipertenso é necessário tornar favorável e acessível a educação em saúde. Sendo que, para que isso ocorra é

necessário o planejamento das ações educativas e o conhecimento das atitudes, crenças, pensamentos, e ações executadas pelo hipertenso no seu dia-a-dia, para assim poder haver uma troca de saberes entre a família, cliente, e profissionais da saúde para incentivar a terapêutica correta (FAVA, 2010).

Alguns autores explicitam que a educação em saúde abrange uma certa complexidade na saúde, pois não se trata de apenas transmitir conhecimentos de saúde ao indivíduo, a equipe de saúde deve saber lidar com as características próprias de cada pessoa, sendo um ponto de apoio para melhorar sua qualidade de vida, obter autonomia e dominar as dificuldades referentes ao tratamento (SANTOS, 2008).

É importante destacar esses dados pois eles justificam que os profissionais de saúde devem estar aptos a alertar e propor medidas orientando o portador de HAS a alterar os hábitos maléficos a sua vida, a fim de controlar seus níveis pressóricos e refletir sobre a gravidade das consequências desta patologia.

Com isso percebe-se que, o tratamento anti-hipertensivo deve ser motivador e não fiscalizador, sendo fundamental conhecer as necessidades dos clientes propondo medidas adequadas.

CONCLUSÃO

Por fim com a literatura analisada percebe-se que a HAS ainda é um grave problema de saúde pública, podendo ocasionar diversas consequências quando não se tem o manejo adequado.

Percebe-se existe inúmeros fatores como dificuldade de aceitação da cronicidade da doença, mudança do estilo de vida, relação insuficiente entre as equipes de saúde, paciente e família, estrutura e organização das equipes, falta de informações entre outros podem interferir no tratamento anti-hipertensivo, tornando-se uma barreira no tratamento anti-hipertensivo correto.

O cliente hipertenso é considerado o principal ator para que haja uma terapêutica anti hipertensiva adequada, sendo necessário que haja um conjunto de ações das equipes de saúde para introduzir não só o indivíduo hipertenso mas também sua família, para que juntos equipe, família e cliente possam trocar saberes a respeito do manejo adequado da HAS. Existe programas de saúde que dão atenção aos hipertensos, mesmo muitas vezes sendo falhos.

Diante do exposto percebemos que pra haver um tratamento adequado e uma evolução menos prejudicial da doença para o paciente, é necessário que sejam desenvolvidas ações multiprofissionais e

intersetoriais para assim poder ajudar o paciente e sua família em diversas dimensões.

REFERÊNCIAS

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Caderno de Atenção Básica: Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica, n. 37, p. 01-130, 2013. Disponível: bvsms.saude.gov.br/bvs/.../estrategias_cuidado_pessoa_doenca_cronica... Acesso: 02 de agosto de 2015.

COELHO, E B. NOBRE, F. *Recomendações práticas para se evitar o abandono do tratamento anti-hipertensivo*, revista brasileira de hipertensão, vol. 13(0): 51-54. 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.br>>. Acesso: 25 de Julho de 2015.

FARIA, H. T. G. *Fatores relacionados à adesão do paciente diabéticos à terapêutica medicamentosa*. 2008. Escola de enfermagem USP. Ribeirao Preto-SP, 146f.

FAVA, S M C L, et al. *Diagnóstico de enfermagem e proposta de intervenções para clientes com hipertensão arterial*. Revista enfermagem UERJ. 2010 out/dez 18(4): 536-540. Disponível:

<http://www.facenf.uerj.br/v18n4/v18n4a06.pdf>. Acesso: 12 de agosto de 2015.

FRANCELI AB, et al. *Hipertensão arterial: desafios e possibilidades na adesão ao tratamento*. Rev Min Enferm. 2008; 12:308-13. Disponível: <http://eduem.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/viewFile/16511/pdf> Acesso: 23 de setembro de 2015.

GIROTTO E, Et al. *Adesão ao tratamento farmacológico e não farmacológico e fatores associados na atenção primária da hipertensão arterial*, Ciências e saúde coletiva 18(6) : 1763-1772, 2013. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.br>>. Acesso: 22 de outubro de 2015.

MALDANER C.R, et al. *Fatores que influenciam a adesão ao tratamento da doença crônica: doente em terapia hemodialítica*. Revista Gaúcha de Enfermagem, v.29, n.4, p.647-53, 2008. Disponível: <http://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/7638>Acesso: 12 de Agosto de 2015.

MENDES L.M.O, et al. *Fatores associados a não adesão ao tratamento da hipertensão arterial sistêmica: uma revisão integrativa*. Revista Univap –

revista.univap.br. São José dos Campos-SP-Brasil, v. 20, n. 35, jul.2014. ISSN 2237-1753

Disponível:<http://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/182> Acesso: 12 de novembro de 2015

MEDEIROS, A.R.C. *Adesão ao tratamento anti-hipertensivo em unidade de saúde da família de João Pessoa-PB*. João Pessoa, 2006, 181f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós graduação de enfermagem.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Sistema de Cadastro e Acompanhamento de Hipertensos e Diabéticos (HIPERDIA). Disponível: <http://hiperdia.datasus.gov.br>. 21 Acesso: 27 de outubro de 2015.

MIRANZI S.S.C, et al. *Qualidade de vida de indivíduos com diabetes mellitus e hipertensão acompanhados por uma equipe de saúde da família*. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2008 Out-Dez; 17(4): 672-9. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072008000400007&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso: 09 de julho de 2015.

MIRANDA R.D, Et al. *Hipertensão arterial no idoso: peculiaridades na*

fisiopatologia, no diagnóstico e no tratamento. Rev Bras Hipertens 9: 293-300, 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.br>>. Acesso: 05 de agosto de 2015.

VI DIRETRIZES BRASILEIRAS DE HIPERTENSÃO ARTERIAL. Sociedade Brasileira de Cardiologia, Sociedade Brasileira de hipertensão, e sociedade brasileira de nefrologia. 2010. Disponível:http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2010/Diretriz_hipertensao_associados.pdf. Acesso: 22 de agosto de 2015

OLIVEIRA C. J, Et al. *Avaliação do risco coronariano em idosos portadores de HAS em tratamento 2008.* UFCE arquivos brasileiros de ciência da saúde, v. 33, n.3, p. 162. Disponível: files.bvs.br/upload/S/1983-2451/2008/v33n3/a162-167.pdf Aceso: 03 de outubro de 2015.

OLIVEIRA CJ, et al. *Revisão dos diagnósticos de enfermagem “falta de adesão” em pessoas com hipertensão* 2011. Dissertação.

OPARIL S. *Hipertensão Arterial.* In: Goldman L, Bennet JC, editors. Tratado de Medicina Interna. 21ª ed. Vol 1. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2001. p.289 - 90.

OLIVEIRA, T.F.M. et al. *Perfil sociodemográfico, eventos de vida e características afetivas de pacientes com insuficiência renal crônica em tratamento por hemodiálise e diálise peritoneal: um estudo descritivo.* Psicólogo Informação, v.12, n.12, 2008.

Disponível:<https://www.metodista.br/revistas/revistasmetodista/index.php/PINFOR/article/viewFile/1655/1648> Acesso: 12 de junho de 2015.

PERES, L.A.B et al. *Identificação de filtração glomerular reduzida e hipertensão arterial na comunidade.* Revista brasileira de clínica médica, v.09, n.06, p.403-407, 2011. Disponível: files.bvs.br/upload/S/1679-1010/2011/v9n6/a2558 Acesso: 17 de agosto de 2015.

Plano de Reorganização da Atenção à Hipertensão Arterial e ao Diabetes mellitus: MANUAL DE HIPERTENSÃO ARTERIAL E DIABETES MELLITUS. 1ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. p.35-36.

PORTAL BRASIL. Hipertensão atinge mais de 30 milhões de pessoas no País.. Disponível: [http://www.brasil.gov.br/saude/2015/04/hipertensao-atinge-mais-de-30-milhoes-de-](http://www.brasil.gov.br/saude/2015/04/hipertensao-atinge-mais-de-30-milhoes-de)

peessoas-no-pais Acesso: 16 de novembro de 2015.

POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO 2004. Disponível: bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizausus_2004.pdf Acesso: 05 de julho de 2015.

QUARESMA T, et al. *A valiação da qualidade das ações do programa hiperdia em um grupo de adultos e idosos hipertensos no bairro maracanã – santarém. Perspectiva Amazônica-Santarém-PA.* Ano I. Vol.2 p.68-79 agos.2011. Disponível: http://www.fit.br/revista/doc/2_33.pdf Acesso: 27 de agosto de 2015.

RAMOS, A.L.S.L. *Prevalência de fatores de risco cardiovasculares e adesão ao tratamento em pacientes cadastrados no HIPERDIA em unidade de referência de Fortaleza-CE 2002-2005.* 2008. Dissertação (mestrado). Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fortaleza, 73f.

REINERS, A.A.O. et al. *Produção Bibliográfica sobre Adesão/não Adesão de pessoas ao tratamento de saúde. Ciência e Saúde Coletiva.* 2008; 13 (sup 2): 2299-306. Disponível:

<http://www.scielosp.org/pdf/csc/v13s2/v13s2a34.pdf> Acesso: 25 Julho de 2015.

ROTTA L.A. *O Conhecimento sobre Tecnologias de Informação dos Médicos e Enfermeiros no Programa Saúde da Família em Sobral – CE* [dissertação]. Ceará: Universidade Estadual Vale do Acaraú; 2004. 33p.

SANTOS Z.M.S.A, LIMA H.P. *Tecnologia educativa em saúde na prevenção da hipertensão arterial em trabalhadores: análise das mudanças no estilo de vida.* Texto & contexto enferm. 2008; 17: 90-7. Disponível: www.scielo.br/pdf/tce/v17n1/10.pdf Acesso: 12 de setembro de 2015.

SARAIVA K.R.O. et al. *Saber do familiar na adesão da pessoa hipertensa ao tratamento: análise com base na educação popular em saúde.* Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2007 Abr-Jun; 16(2): 263-70.

SMELTZER S.C, et al. *Tratado de enfermagem médico-cirúrgica.* 11ª ad. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; cap.32 p. 862-874; cap. 44 p.1290-1299, 2009.

UNGARI, A.Q. *Adesão ao tratamento farmacológico de pacientes hipertensos seguidos nos núcleos de saúde da família*

do município de Ribeirão Preto, SP. 2007.
Dissertação (mestrado em ciências
médicas) Faculdade de Medicina. USP.
95f.

VIEIRA, A.C.B. *Adesão do paciente
portador de diabetes melitus tipo 2 ao
tratamento.* 2006. Dissertação (mestrado

de enfermagem). Universidade Federal de
Goiás-Goiânia, 84f.



Esta obra está sob o direito de Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA À EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria das Dores Soares Silva¹

Maria de Lourdes Pessoa Alves

Eliete dos Santos Silva

Elisangela Oliveira Tavares

Cláudio da Costa²

RESUMO

Neste artigo trata-se das contribuições da sociologia da infância, reconhecendo-as como uma ferramenta que pode auxiliar na consolidação e no fortalecimento da Educação Infantil. Ao situar a Educação Infantil no Brasil e apresentar os principais postulados da sociologia da infância, pretende-se contribuir para a conscientização da necessidade de ampliar a oferta da Educação Infantil e para a reflexão sobre as práticas adotadas nas instituições brasileiras, apontando a importância de que a criança seja reconhecida como sujeito de direitos e ator social, com modos próprios de ação que merecem ser respeitados e incentivados nos diversos contextos em que a criança vive. Essas posturas são vistas pela autora como elementos que fortalecem a necessidade de construir práticas educativas de melhor qualidade, que atendam às atribuições legais, estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de promover o desenvolvimento integral das crianças.

Palavras-chave: sociologia da infância; Educação Infantil; Brasil

¹ E-mail: mdss@hotmail.com

² E-mail: professorclaudiodacosta@gmail.com

INTRODUÇÃO

A sociologia da infância, campo de conhecimento emergente, tem como objeto de investigação as formas de organização e produção das crianças, enquanto atores sociais. Os estudos desse campo se somam aos demais campos da própria sociologia e a outras áreas de conhecimento como a psicologia e a antropologia, que auxiliam a educação a organizar e refletir sobre sua função. O entendimento da criança como um ser que participa ativamente na construção de sua própria história e na produção de uma cultura infantil, que reúne elementos comuns da infância independente do contexto em que as crianças vivem, traz desafios para todos os pesquisadores e estudiosos da infância e das crianças.

A ênfase dada à criança como um ser do presente e que tem necessidades e atividades que lhe são próprias e que lhe conferem uma identidade diferente das pessoas que estão em outras fases do ciclo de vida, como a juventude e a maturidade, se constitui uma idéia que pode ser de grande interesse para a organização da Educação Infantil. Esse nível de ensino, recentemente reconhecido, passa por um momento de construção e consolidação de uma pedagogia, própria que atenda o público de crianças até 5 anos, razão pela qual os conhecimentos trazidos pela

sociologia da infância podem ser uma ferramenta de auxílio nessa tarefa.

Neste artigo procuramos apresentar algumas reflexões da sociologia da infância que podem contribuir na consolidação da Educação Infantil. Inicialmente procuramos situar a Educação Infantil, destacando alguns elementos que demonstram o distanciamento entre o que está previsto em lei do que ocorre na prática e no cotidiano da maioria das instituições. Depois apresentamos sinteticamente a sociologia da infância. Por fim, articulamos esses dois temas para evidenciar que o reconhecimento do caráter ativo da criança e da sua condição de sujeito de direitos enseja a adoção de novas práticas educativas que identifiquem a criança como um ator social.

A implementação de mudanças orientadas por essa visão pode auxiliar as creches e pré-escolas no oferecimento de uma educação integral de qualidade. Nessa perspectiva, reforça-se o lugar dessas instituições como espaços importantes no processo de desenvolvimento, o que funciona como mais um argumento a favor da ampliação da oferta da Educação Infantil por parte do Estado.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura tradicional, não sistemática, descritiva, de natureza qualitativa e bibliográfica, já que a

análise se realizou em diversas fontes de pesquisas como conteúdo de livros, artigos científicos, sites, e bibliográficas virtuais.

1 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Primeiramente, assinalamos a singularidade das instituições de Educação Infantil – creche e pré-escola – quando comparadas com os demais níveis de ensino que têm como função principal a instrução. As crianças atendidas por essas instituições, que tem até 5 anos de idade, têm necessidades específicas de cuidado, cabendo aos seus responsáveis propiciar situações que as auxiliem a adquirir capacidades motoras (sentar-se, andar, controlar os esfíncteres), psíquicas (falar, pensar) e sociais (estabelecer relações com os outros – crianças e adultos). Enfatiza-se, desse modo, a formação geral da criança exigindo que as instituições de Educação Infantil conciliem as funções pedagógicas com as de cuidado, promovendo uma educação que abarque todas as áreas do desenvolvimento infantil. As instituições de Educação Infantil brasileiras e, em especial, as creches funcionaram durante várias décadas com caráter prioritariamente assistencial, estando, desse modo, regimentalmente ligadas às esferas de poder destinadas à assistência social. Didonet (2001) e Dias (1997) marcam até mesmo uma associa- ção entre o termo

“creche” e a expressão “criança pobre”, já que as crianças oriundas de classes de maior poder aquisitivo frequentavam os jardins de infância e pré-escolas. Nas creches prevaleciam as ações de cuidado, prioritariamente aquelas ligadas à higiene e à alimentação das crianças.

Já nos jardins e pré- escolas predominavam as ações pedagógicas e pretendia-se preparar as crianças de 4 a 6 anos para o ingresso na escola. Além disso, vale ressaltar que até a discriminação prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei n. 9.394/96 –, que denomina de creche as instituições que atendem crianças até 3 anos e pré-escola as instituições que atendem as crianças de 4 e 5 anos, vulgarmente e na prática as creches se diferenciavam das pré-escolas e jardins de infância pelo regime de atendimento às crianças, sendo que nas creches elas permaneciam em tempo integral e nos jardins e pré-escolas somente em um dos turnos.

Esse entendimento prevalece ainda hoje e, conforme os autores citados, foi mais um dos fatores que contribuiu para a associação entre creche e criança pobre, pois a creche atendia somente aquelas crianças cujas mães precisavam trabalhar e que não tinham com quem deixá-las. Entretanto, após vários anos de luta e reivindicações de diversos segmentos e movimentos sociais, assim como de

esforços dos estudiosos da área que demonstraram a importância dessa fase no processo de desenvolvimento das crianças, as instituições de Educação Infantil passaram a ser reconhecidas na Constituição Federal de 1988 como um direito das crianças e dever do Estado.

2 A SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL

A introdução de algumas das idéias da sociologia da infância neste artigo é muito importante, porque pode auxiliar no processo de construção das especificidades da Educação Infantil, uma vez que enriquece as idéias já trazidas pela psicologia e pela pedagogia no que se refere à condição do ser criança, acentuando, primordialmente, a condição ativa e social na qual constroem sua história. Além disso, pode ajudar a repensar o lugar do adulto na educação das crianças, contribuindo com esses dois temas para a construção de práticas educativas e programas de formação de profissionais mais satisfatórios.

Pensando especificamente na necessidade de conhecer as demandas dos participantes envolvidos na Educação Infantil, acreditamos que os estudos dessa área podem auxiliar, em particular, no conhecimento e reconhecimento das demandas das crianças. Sirota (2001) e

Montandon (2001) mapearam os trabalhos de língua francesa e inglesa, respectivamente, que podem ser inscritos nesse emergente campo da sociologia.

As autoras apresentam as dificuldades de delimitação da sociologia da infância que constantemente se entremeia com outros campos já existentes da própria sociologia (sociologia da família e sociologia da educação) e mesmo de outras áreas, como a psicologia. Ainda assim, apresentam argumentos que sustentam a legitimidade de constituição desse campo para melhor conhecimento da cultura da infância e mesmo da sociologia em geral.

O ponto de destaque dos textos é o reaparecimento da criança no cenário social mundial como um ator ao qual são reconhecidos direitos políticos, entre eles o de ser considerado cidadão. Essa redescoberta revelou quanto às formas de produção e participação das crianças nas diversas instituições e relações sociais ainda são desconhecidas, fator considerado como um grande impulso às pesquisas nas diversas áreas das ciências humanas.

Sirota (2001, p. 28), ao se referir à pertinência da sociologia da infância, esclarece que não se trata de opor ideologias (como a de proteção à criança, tão dominante no século XX, pela de autodeterminação, sugerida pelos novos direitos políticos alcançados), mas de “[...] compreender aquilo que a criança faz de si

e aquilo que se faz dela, e não simplesmente aquilo que as instituições apontam para ela”. Quinteiro (2004) faz essa mesma constatação no que diz respeito às crianças brasileiras, apontando que conhecemos muito sobre suas precárias condições sociais, sua história e condição adversa de “adulto em miniatura”, sem, no entanto, conhecermos suas potencialidades.

Montandon (2001) destaca o fato de um número crescente de sociólogos compreender a infância como uma “forma social” (QVORTRUP, 1994, apud MONTADON, 2001), afirmando que esse modo de compreender esse período de vida não está associado à idéia de seguir uma visão de desenvolvimento da criança, centrada no seu amadurecimento e em sua integração progressiva, mas à de adotar uma visão fenomenológica que se interesse pela experiência das crianças, por seu papel de atores. James e Prout (1990, apud MONTADON, 2001) exprimiram isso numa fórmula bem-sucedida, argumentando que não é preciso estudar as crianças como “seres futuros”, mas simplesmente como “seres atuais”. Para que isso seja possível, um novo paradigma sobre a infância deve ser constituído. Para tanto, Prout e James (1990, p. 8-9, apud MONTADON, 2001, p. 15) elencam uma série de proposições que precisam ser consideradas:

1. A infância é uma construção social.
2. A infância é variável e não pode ser inteiramente separada de outras variáveis como a classe social, o sexo ou o pertencimento étnico.
3. As relações sociais das crianças e suas culturas devem ser estudadas em si.
4. As crianças são e devem ser estudadas como atores na construção de sua vida social e da vida daqueles que as rodeiam.
5. Os métodos etnográficos são particularmente úteis para o estudo da infância.
6. A infância é um fenômeno no qual se encontra a ‘dupla hermenêutica’ das ciências sociais apontadas por Giddens, ou seja, proclamar um novo paradigma no estudo sociológico da infância é se engajar num processo de ‘reconstrução’ da criança e da sociedade.

Conforme Sarmiento (2005), a sociologia da infância costuma diferenciar a infância como categoria social geracional, da criança, sujeito concreto que preenche essa categoria social, mas que ocupa posições sociais diversificadas. Outro diferencial da sociologia da infância reside no reconhecimento da especificidade da infância, no seu lugar de etapa diferenciada da vida e ao mesmo tempo colocar a criança como um sujeito pleno, detentor de uma

lógica própria e não menor ou menos elaborada que a do adulto.

Desse modo, o conhecimento de como as crianças se organizam e recriam a cultura por meio de suas produções é uma tarefa ainda a ser feita pela sociologia da infância, sendo seu grande desafio desconstruir a visão da criança como ser imperfeito, inacabado. De acordo com essa visão, Mollo-Bouvier (2005) chama a atenção para um novo modo de compreender o conceito de socialização, no qual as crianças são vistas como participantes ativas de sua própria socialização, assim como da reprodução e transformação da sociedade. Essa perspectiva interacionista se opõe à visão clássica largamente difundida de que a criança seria um ser passivo que sofreria a influência das instituições.

Essas proposições constituem verdadeiro desafio para os pesquisadores da infância, pois exigem o abandono de vários paradigmas hegemônicos utilizados no entendimento das crianças e de suas relações entre si, com os adultos e com o mundo. Soares e Tomás (2004) assinalam a subsistência na atualidade de três velhos paradigmas em face da infância: Paradigma da Propriedade, Paradigma da Proteção e do Controle e Paradigma da Perigosidade. Afirmam que estão implícitos neles a menoridade e o paternalismo, que facilmente observamos no cotidiano das

crianças que continuam “caracterizados pela ausência de voz e ação da parte da criança e perfeitamente moldados pela ação do adulto e dependentes da leitura que esse mesmo adulto faz sobre o 'melhor interesse da criança' (SOARES; TOMÁS, 2004, p. 137).

De acordo com as autoras, Silva Filho (2004, p. 111) lembra que a infância é uma invenção da modernidade, mas que existe certo paradoxo no sentimento que se cultiva em relação à criança: Ao mesmo tempo que é considerada como locus das paixões, dos desejos, do descontrole das emoções, do momento, que antecede ao uso da palavra e da razão, a infância é vista também como o lugar potencial daquilo que seremos no futuro, a forma a partir da qual nos tornaremos seres dotados de razão. Desse modo, é preciso que esses paradigmas sejam quebrados. Para tanto, as crianças devem ter garantidos seus direitos de ação e participação. Para uma garantia da efetivação da criança como cidadã, alguns autores defendem como conceito chave o protagonismo infantil. Gaitán (1998, apud SOARES; TOMÁS, 2004, p. 153) o define como processo social mediante o qual se pretende que crianças e adolescentes desempenhem um papel principal no seu desenvolvimento e no de sua comunidade para alcançar a realização plena dos seus direitos atendendo ao seu interesse superior.

É tornar real a visão da criança como sujeito de direitos e, portanto, deve dar-se uma redefinição de papéis nos diferentes setores da sociedade: infância e juventude, autoridades, família, setores não organizados, sociedade civil, entidades, etc. Vilarinho (2004) reafirma o pressuposto da infância como categoria social como um critério essencial na análise sociológica das políticas para a infância, assim como para o seu desenvolvimento.

As idéias de Sarmento (2004) reforçam as proposições de Montadon (2001), ao defender que a tarefa teórica e metodológica de inventariar os princípios fundantes e as regras das culturas da infância deve seguir os quatro eixos estruturados das culturas da infância: a interatividade, a ludicidade, a fantasia do real e a reiteração – aspectos destacados também por Gouvêa (2002). Esses eixos são vistos como os elementos comuns que unem as crianças de nosso tempo. No tocante à interatividade, esta é destacada principalmente pelo lugar da cultura de pares, definida por Corsaro (1997, p. 114, apud SARMENTO, 2004, p. 23) como “um conjunto de atividades ou rotinas, artefatos, valores e preocupações que as crianças produzem e partilham na interação com seus pares”. Desse modo, por meio das atividades conjuntas realizadas com as demais crianças, elas têm a possibilidade de se apropriar, reinventar e reproduzir o

mundo que as rodeia: A convivência com seus pares, através de rotinas e da realização de atividades, permite-lhes exorcizar medos, representar fantasias e cenas do cotidiano, que assim funcionam como terapias para lidar com experiências negativas.

Essa partilha de tempos, ações e representações e emoções é necessária para um mais perfeito entendimento do mundo e faz parte do processo de crescimento. (SARMENTO, 2004, p. 24) Quanto à ludicidade, destaca-se o papel fundamental da brincadeira como principal modo de ação das crianças, que não fazem distinção entre brincar e fazer coisas sérias, distinção comum entre os adultos. Para Ferreira (2004, p. 84), [...] brincar é um dos meios de realizar e agir no mundo, não unicamente para as crianças se prepararem para ele, mas, usando-o como um recurso comunicativo, para participarem da vida cotidiana pelas versões da realidade que são feitas na interação social, dando significado às ações. Brincar é parte integrante da vida social e é um processo interpretativo com uma textura complexa, onde fazer realidade requer negociações do significado, conduzidas pelo corpo e pela linguagem.

O lugar da fantasia na vida da criança é visto como um dos recursos de construção de sua visão de mundo e da atribuição de significado aos objetos. Além disso, assume

um lugar de destaque na sua capacidade de resistência diante das situações de adversidade. Para a criança não há separação entre o real e o imaginado, por isso ela transita livremente entre os dois “planos” e utiliza ambos para compreender suas vivências, suas experiências. Sarmiento (2004) lembra que essa não-literabilidade na compreensão do mundo está associada a uma não-linearidade temporal, o que permite à criança desenvolver um tempo recursivo, que se exprime no plano sincrônico, com constante recriação das mesmas situações e rotinas, quanto no diacrônico, por meio da transmissão de brincadeiras, jogos e rituais das crianças mais velhas para as mais novas.

Desse modo, toda a infância se reinventa e se recria, começando tudo de novo. As dificuldades de implantar esses novos modos de compreensão das crianças e da infância são ressaltadas por Oliveira (2004), quando discute nossa resistência em ver as crianças como “outros”, já que isso desmonta as práticas pedagógicas voltadas para a preparação da criança para um tempo futuro e para a domesticação de seus corpos e mentes. Silva Filho (2004) assinala que essa foi a tarefa que a Modernidade atribuiu à escola: “burilar” a capacidade cognitiva das crianças. Desse modo, estivemos (ou estamos) todos voltados para nossa própria forma de agir e pensar como adultos, já que esse modo foi colocado

como o grande modelo a ser impingido às crianças.

Por essa razão, o encontro com a alteridade da infância torna necessário reaprender as múltiplas linguagens por meio das quais as crianças se expressam, dando-lhes oportunidades de movimentar-se e agir em novos tempos e espaços que respeitem a diversidade de diálogos verbais, gestuais e afetivos. (OLIVEIRA, 2004, p. 200) Vilarinho (2004) assinala que o adultocentrismo se reflete também nas políticas públicas direcionadas para a infância, que acabam sendo formuladas conforme os interesses de outras gerações, já que mesmo as direcionadas para os problemas infantis não levam em consideração as diferentes infâncias e seus diferentes contextos.

Desse modo, adverte que ao tomarmos as crianças como atores, dando-lhes direito à palavra e reconhecendo-as como produtoras de sentido, podemos atestar a existência de duas esferas políticas (da família e da infância) que, além de distintas, podem ser antagônicas, pois nem sempre têm interesses comuns. No que diz respeito a essa relação entre as crianças e os pais, Montandon (2006) assinala a importância de estudar e conhecer o que as crianças pensam e sentem das experiências educativas que recebem dos pais, evidenciando as dificuldades de pensar um modelo único de educação parental e de

estabelecer com clareza qual a influência dele no desenvolvimento das crianças, já que esse é afetado por inúmeras variáveis que se combinam de modos diversos.

Acentua ainda a importância da interação com os pares no processo de socialização como mais uma das variáveis que deveriam ser consideradas quando se pensa no papel da educação parental. Plaisance (2005), ao resgatar a evolução das representações das crianças portadoras de deficiência, demonstra como essas representações acentuam a questão da alteridade adulto-criança na tensão entre proteção e liberdade. Quando se reflete, então, sobre os direitos das crianças portadoras de necessidades especiais, a dificuldade da aplicação dos direitos da criança em geral se torna ainda mais visível, pois se coloca uma dupla necessidade: a de reconhecer a alteridade “ordinária” da criança com relação ao adulto e a especificidade da deficiência.

O autor destaca a idéia de Alain Renault (2002, apud PLAISANCE, 2005) de que é preciso integrar os “direitos-proteção”, predominantes na concepção clássica da criança como um sujeito frágil, aos “direitos-liberdade”, proclamados mais recentemente e que asseguram às crianças direitos de participação e expressão, e nesse sentido maior autonomia, aproximando-as dos adultos. Defende, ainda, que somente com a articulação desses dois tipos de

direito é possível evitar os excessos de uns e de outros. Um último ponto que merece destaque é a efetiva participação das crianças nas pesquisas sobre suas condições, experiências, necessidades, etc. Alderson, (2005) ao discorrer sobre a participação das crianças nas pesquisas, mostra como as limitações das pesquisas de crianças, na Europa e na América do Norte, decorrem mais das atitudes limitantes dos adultos, coerções e preocupações com a proteção, mesmo diante dos direitos de participação, do que das ditas incompetências das crianças.

Os inúmeros relatos de pesquisas que envolvem as crianças de diversos modos, desde a participação mais restrita até o envolvimento em atividades de decisão e divulgação de resultados, assim como o reconhecimento da legitimidade dos resultados dessas pesquisas, podem promover julgamentos mais respeitosos e realistas sobre as habilidades das crianças como atores sociais. A autora mostra, ainda, como essa inclusão das crianças como sujeitos ativos nas pesquisas sobre suas próprias condições significa, de fato, colocar em prática a nova dimensão dos direitos de participação das crianças, inscrita na Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança.

Apesar disso, não deixa de reconhecer as dificuldades e exigências que essa prática impõe, mas acredita que a resolução dos

problemas que podem advir dessa participação conjunta de crianças e adultos na produção de conhecimento por meio de pesquisa pode contribuir para o desenvolvimento das habilidades e competências dos dois grupos de sujeitos.

Por todas as considerações apresentadas, verificamos que a implantação do novo paradigma da infância implicará, verdadeiramente, uma grande reconstrução dessa categoria e das relações que estabelece com os demais segmentos da sociedade. Desse modo, “as novas questões que se apresentam para os pesquisadores da infância têm a ver com aquelas relacionadas com a alteridade e a educação, a heteronomia, a heterogenia e a inter-relação cultural pesquisadores-pesquisados”. (ROCHA, 2004, p. 254).

CONCLUSÃO

Por fim, cabe assinalar que o entendimento da criança como cidadã e ator social não significa desconhecer a função dos adultos como essencial no desenvolvimento dela, pois é na relação com eles e com os pares que a criança se desenvolve como pessoa singular.

Desse modo, não estamos desvalorizando a função dos adultos, mas somente pontuando a necessidade de repensar as relações que estabelecem com as crianças, o que, de forma alguma, os

exime da responsabilidade de possibilitar-lhes o cuidado e a proteção necessários ao seu momento de vida. Estamos, de fato, concordando com a posição de Plaisance (2005) de que somente com a articulação entre os “direitos-proteção” e os “direitos-liberdade” podemos construir posturas e práticas que evitem os excessos de uns e de outros.

Assim, acreditamos que essas reflexões oriundas da sociologia da infância não somente possam contribuir para a efetivação de uma Educação Infantil de qualidade, mas que possam ajudar na construção de novos modos de interação entre as pessoas que se pautem pelo respeito à diversidade. Olhar a criança e a infância considerando suas especificidades e limitações é tarefa que nos ajuda a compreender melhor o ser humano e que pode oportunizar o crescimento de todos nós como cidadãos.

REFERÊNCIAS

ALDERSON, Priscilla. **As crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa.** Educação e Sociedade, v. 26, n. 91, p. 419-442, 2005.

BARRETO, Ângela Maria Rabelo Ferreira. **Gestão municipal: qualidade financiada.** In: CONGRESSO PAULISTA DE

EDUCAÇÃO INFANTIL/ I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, IV. Anais... Águas de Lindóia, SPBrasil, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 3, de 3 de agosto de 2005. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2005a.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.**

BRASIL. **Lei n. 11.274.** Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Proinfantil: Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil: diretrizes gerais.** Brasília: MEC, 2005.

CAMPOS, Maria Malta. **Educação infantil: reescrevendo a educação.** São Paulo, 27 jun. 2006. Disponível em: <http://www.reescrevendoaeducacao.com.br/2006/pages.php?recid-35>.

CAMPOS, Maria Malta; FÜLLGRAF, Jodete; WIGGERS, Verena. **A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa.** Cadernos de Pesquisa, v. 36 n. 127, p. 87-128, jan./abr. 2006.

CERISARA, A. B. **Em busca do ponto de vista das crianças nas pesquisas educacionais: primeiras aproximações.** In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA; Ana Beatriz (Org.). Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto: Edições ASA, 2004. p. 35-54.

CORAZZA, Sandra Mara. **Infância & educação: Era uma vez – quer que eu conte outra vez?** Petrópolis: Vozes, 2002.
DIAS, Regina Célia. **Luta, movimento, creche: a história da conquista de um direito.** In: SILVA, Isa T. F. Rodrigues (Org.). Creches comunitárias: histórias e cotidiano. Belo Horizonte: AMEPPE, 1997. p. 19-44.

DIDONET, Vital. **Creche: a que veio... para onde vai.** Em Aberto, Brasília, v. 18, n. 73, p. 11-27, jul. 2001.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. **Educação pré-escolar e cultura: para uma pedagogia da Educação Infantil.** Campinas: Edunicamp; São Paulo: Cortez, 1999.

FELIPE, Jane. **O desenvolvimento infantil na perspectiva sociointeracionista: Piaget, Vygotsky, Wallon.** In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis E.

(Org.). Educação infantil: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 27-37.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil.** Revista Brasileira de Educação, Anped/Autores Associados, v. 1, n. 6, p. 19-26, jan./abr. 2001.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. **As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo.** In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA; Ana Beatriz (Org.). Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Braga, Portugal. Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança. Ed. Bezerra, 1997. p. 7-28.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade.** In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA; Ana Beatriz (Org.). Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto: Edições ASA, 2004. p. 9-34.

SILVA, Isa T. F. Rodrigues. **O processo de constituição de políticas públicas de educação infantil em Belo Horizonte: 1993 a 2000.** 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de

Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2001.

SIROTA, Régine. **Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 112, FCC, p. 7-32, 2001.

SOARES, Natália F.; TOMÁS, Catarina A. **Da emergência e participação à necessidade de consolidação da cidadania da infância... Os intrincados trilhos da acção, da participação e do protagonismo social e político das crianças.** In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA; Ana Beatriz (Org.). Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto: Edições ASA, 2004. p.135-162.

VILARINHO, Maria Emília. **As crianças e os (dês) caminhos e desafios das políticas educativas para a infância em Portugal.** In: SARMENTO; Manuel Jacinto; Ana Beatriz CERISARA (Org.). Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto: Edições ASA, 2004. p. 205-244.



Esta obra está sob o direito de Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

A SUBJETIVIDADE E AS NOVAS TECNOLOGIAS NAS ESCOLAS

Michelly Cristina Apolinário de Lucena¹

Maria de Lourdes Pessoa Alves

Eliete dos Santos Silva

Cláudio da Costa²

Elisangela da Silva Santos

RESUMO

O presente artigo objetiva mostrar a relação que a subjetividade tem com as novas tecnologias implantadas na escola, sob uma perspectiva de melhorar o ensino aprendizagem e a prática pedagógica, através de pesquisa bibliográfica. Para tanto, abordaremos como essas inovações estão contribuindo para informar os discentes e docentes incluí-los no mundo digital e visando a importância da subjetividade com o espaço social. Vale ressaltar que o docente não pode depender inteiramente dessas tecnologias mais utiliza-la da melhor forma possível tornando-as um elo de informações entre a sala de aula e o mundo externo. Observa-se que inúmeros benefícios essas inovações tecnológicas trazem para a educação de forma ampla e arrojada. A principal contribuição deste artigo é apresentar encaminhamentos para a utilização das tecnologias na escola.

Palavras-chave: Subjetividade, tecnologia, educação, escola.

¹ E-mail: michellyt_pc@hotmail.com

² E-mail: professorclaudiodacosta@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva mostrar a parceria da subjetividade com as novas tecnologias na escola, envolvendo professor e aluno nesse novo processo mais de grande importância no ensino-aprendizagem. De fato, vivemos em um mundo de mudanças, de convívio entre diferentes gerações e esta cresceu conectada com diferentes tecnologias principalmente de comunicação.

A escola por sua vez vive um grande desafio para manter-se como um espaço de aprendizagem, tendo que se adaptar a evolução das tecnologias. Faz necessário que a escola capacite seus professores para fazerem o manuseio dessas tecnologias para a melhoria da educação. Onde os alunos e professores fazem uso da tecnologia no seu dia-dia em redes sociais, compartilham e produzem informações entre outras coisas. Enquanto na escola, as tecnologias são pouco utilizadas nas aplicações das aulas, sabendo que inserido essas tecnologias de forma correta só vão promover mudanças no aprender, ensinar, pensar e melhorar o ensino aprendizagem.

Nesse sentido a escola e professor têm que se adaptar com a presença de tecnologias no espaço escolar e aproveitar da melhor forma possível, onde possa inserir o aluno no mundo digital da melhor maneira possível. Acredita-se que a integração das

tecnologias no âmbito escolar só tem a favorecer o acesso dos discentes no mundo globalizado e altamente conectado, preparando esse aluno para essa sociedade altamente competitiva.

Vale lembrar que a formação do professor não ira resolver todos os problemas e os receios de como fazer uso apropriado dessas tecnologias é necessário ações que venha a garantir que a escola prepare cidadãos para o mundo do trabalho e também fazer a utilização no meio social. Vive-se uma época de constantes mudanças e transformações por partes das pessoas e dos objetos tecnologias e nos temos que adaptamos a todas essas inovações.

Nesse sentido vale ressaltar que a subjetividade é uma grande aliada da escola com toda essa demanda de inovações tecnológicas tem contribuído um entendimento do intimo dos professores, alunos e pessoas que fazem parte da escola, trabalhando esse processo de aceitação das tecnologias no espaço escolar. Nas seções seguintes vai mostrar relação de subjetividade com as novas tecnologias na escola uma reflexão do trabalho do docente voltado para uma educação digital e inclusa no meio social.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura tradicional, não sistemática, descritiva, de natureza qualitativa e bibliográfica, já que a

análise se realizou em diversas fontes de pesquisas como conteúdo de livros, artigos científicos, sites, e bibliográficas virtuais.

HISTÓRICO DA SUBJETIVIDADE

A subjetividade é entendida como o espaço íntimo do indivíduo, ou seja, como ele instala a sua opinião ao que é dito(mundo interno)com o qual ele se relaciona com o mundo social(mundo externo) resultando tanto em marcas singulares na formação do indivíduo quanto na construção de crenças e valores compartilhados na dimensão cultural que vão constituir a experiência histórica e coletiva dos grupos e populações.(COELHO; SALEM,2012).

A subjetividade é o mundo interno de todo e qualquer ser humano e este mundo interno são compostos por sentimentos, emoções e pensamentos de cada ser no seu interior. A subjetividade tem várias definições.

A subjetividade na psicologia foi conceituada a partir das inquietações do sujeito, onde foi intensificada para compreender a personalidade humana suas reações e mudanças comportamentais. Na teoria do conhecimento, a subjetividade é o conjunto de ideias significados e emoções que por serem baseadas no ponto de vista do sujeito, são influenciados por seus interesses e desejos particulares.(COELHO; SALEM,2012).

Através da nossa subjetividade, construímos um relacionamento com outro, e este relacionamento nos insere dentro do mundo social e nos como sujeitos inclusos na sociedade onde desenvolvemos papéis na sociedade, e de acordo com nossas ações e escolhas.Esses sujeitos constroem cotidianamente sua própria identidade no processo constante de desenvolvimento, no ambiente muito concreto, onde ainda se cruzam com muitas outras influências. Este falar de si não pode ser compreendido apenas como o ato de organizar a vida a partir de uma narrativa coerente, ato desesperado de produção de sentido, é um modo de descrição do ser através de perspectivas.

1.1 RELAÇÃO SUBJETIVIDADE X ESCOLA

Assim como ocorre com as outras dimensões de nossa existência, também quando se trata de subjetividade, é preciso recorrer às contribuições que a ciência moderna trouxe para a elucidação de seus aspectos fenomenais.

No que concerne à nossa condição de subjetividade as ciências psicológicas vem sistematizando os resultados conseguidos através do esforço de se conhecer mais objetivamente nossa vida subjetiva, desde que se passou a aproveitar os subsídios das ciências para se esclarecerem os diversos

aspectos subjetivos da educação, em suas relações consigo mesmo com os outros e com o meio que o envolve (SEVERINO,1994).

Ao colocar ao alcance do educador os conhecimentos possibilita a compreensão global do processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes, viabilizando, assim, maior eficácia em seu trabalho de interação entre as pessoas. Contribui também para a compreensão do modo de ser dos sujeitos educando e do modo de desenvolvimento de sua sensibilidade, tanto cognitivo quanto afetiva.

A escola e a sociedade ao mesmo tempo produzem e reproduzem, fazendo coexistir o novo e o velho, nelas convivem a reprodução e a transformação, a subjetividade temo caráter de direcionar as ações do ser. A educação é um mundo sem fronteiras em que aprendemos e ensinamos, mas a caminhada é de cada um e não tem atalhos, e a escola tem o papel de intervir na formação cognitiva dos educando e a subjetividade desenvolve a afetividade e o controle das emoções.

A subjetividade com a relação de poder que circulam na escola, não somente na relação professor-aluno, mas, sobretudo, discutindo o lugar que a instituição escolar ocupa na configuração social da atualidade, para que se tenha uma clareza do papel da escola na formação subjetiva do indivíduo (PRATA,2005).

E podemos partir da esfera da subjetividade como mediação fundamental da existência dos homens. Mediadores insubstituíveis de toda e qualquer experiência humana, os processos psíquicos são apoios valiosos e imprescindíveis para que educadores e educando construam sua autoimagem, desenvolvendo seu autoconceito, referência fundamental para perceberem seu próprio valor e dignidade e ao valor dos outros. Dessa forma, fica clara a necessidade da presença da subjetividade nas escolas (SEVERINO, 1994).

Como ao educador cabe discernir todos os aspectos envolvidos nesse complexo relacionamento dos sujeitos com seu ambiente natural e social, impõe-se lhe conhecer o melhor possível aqueles mecanismos já identificados por as ciências psicológicas no que diz respeito a conduta e ao modo de ser dos homens no mundo real.

A escola tem aquele papel todo especial e importante para com a subjetividade, é lá onde o educador respeita as opiniões e escolhas e auxilia no aprimoramento das ideias dos educando: “assim, o educando se consagra, com a totalidade do ser, a essas novas series de desenvolvimento que a sua vida escolar representa um mundo cheio de tecnologias” (RAILLON, 2010).

Para discutir a forma pela qual as relações de poder circulam no espaço escolar e a produção da subjetividade por

elas, aproveitássemos a concepção de sociedade disciplinar (FOUCAULT, 1977) para num segundo momento, problematizamos esse modelo na atualidade, pois ainda que alguns rastros das técnicas disciplinares permaneçam em nossos dias, a questão que se apresenta para nós é quando voltamos nosso olhar para as instituições contemporâneas, em participar para a escola, será que o diagnóstico de Foucault ainda compreende completamente a forma pela qual as relações de poder se estabelecem nessa instituição? Não valeria a pena refletirmos sobre o poder disciplinar em função da crise das instituições e das mudanças das relações de poder da atualidade? (PRATA, 2005).

Como a subjetividade é vista na atualidade, ela tratando do íntimo de cada indivíduo e suas relações de poder com o controle de suas relações de poder com o controle de suas ações e reações. A subjetividade é um processo constante e em evolução, e ela varia de acordo com o tempo, conforme afirma a autora supracitada:

Suporte que a subjetividade é sempre produzida, ou seja, ela não está na origem nem é imanente à natureza humana. Mesmo se considerarmos determinados modos de a subjetividade se organizar em relação ao psíquico, esses modos estão relacionados aos padrões indenitários e normativos que se constituem em

cada época. Esses padrões indenitários estão ativamente presentes não só nas macrorrelações, mas também circulam nas microrrelações entre os sujeitos. (PRATA, 2005, p.113).

A subjetividade muda de acordo com a época, e as pessoas seguídas esse contexto social com normas e regras para serem seguídas e por sua vez a escola também vive em constantes transformações para melhoria do ensino.

2.2 EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS

Na última década foi caracterizada com o avanço tecnológico, onde atingiu todas as áreas inclusive a da educação. Novas tecnologias teve um avanço significativo em pouco tempo, e tornando-se um dos principais meios de comunicação entre as pessoas e sendo utilizadas em empresas, instituições e em quase todos os locais de trabalho.

A educação não pode ficar à margem deste fenômeno, cuja consequência direta reflete na escola, visto que a sua principal função, como afirma Rodrigues (1992) é preparar e elevar o indivíduo ao domínio dos instrumentos culturais, intelectuais profissionais e políticos, garantir, ainda, que a cultura, a ciência e a técnica não sejam propriedades exclusivas das classes dominantes.

A escola tem que aproveitar essas tecnologias em favor de todos, levando-se conta uma perspectiva crítica para sua utilização, compreendendo realmente o sentido de todas essas informações e consigam utiliza-la de forma correta, aplicando e transformando e buscando possibilidades pedagógicas com o uso das tecnologias, aponta para o futuro das práticas docentes, discutindo as novas perspectivas pedagógicas é os desafios ao professor.

De acordo com Junqueira (2012, p.63),

Inovando e experimentando as novas formas de aprender com as tecnologias, trata do uso das tecnologias digitais e da internet para novas formas de ensinar e aprender, bem como para a construção de novos materiais didáticos, em geral de caráter midiático (vídeos, sites).

Entendemos que o docente precisa usar essas novas tecnologias para auxiliar suas aulas de forma prazerosa e eficaz.

Sabe-se que é um grande desafio inclui as tecnologias no setor educacional, mas essas tecnologias as de comunicação tem o objetivo de mostrar a realidade da sociedade e uni a escola às novas tecnologias.

De acordo com Rezende (2002) as novas tecnologias não implicam novas práticas pedagógica nem vice-versa aparentemente poderíamos dizer que não há

relação entre essas duas instancias. Entretanto, isso não é necessariamente verdade, se consideramos que o uso das novas tecnologias pode contribuir para novas práticas pedagógicas desde que seja baseado em novas concepções de conhecimento, de aluno, de professor, transformando uma série de elementos que compõem o processo de ensino-aprendizagem.

Que as novas tecnologias sejam utilizadas para melhorar o processo educacional, buscando assim benefícios de ensinar alguns conteúdos para melhor fixação do conhecimento para com o aluno. Mais vale ressaltar que não deve-se fazer dessas tecnologias o único instrumento para execução dessas aulas e sim um auxílio para a pratica do professor e atendendo as necessidades dos educandos, saindo assim do tradicional para a modernidade com o avanço incontrolável das novas tecnologias de informação e comunicação (SANTOS, 2005).

O objetivo da educação comunicação é desenvolver um ensino multimídia, interdisciplinar e colaborativo para a formação dos sujeitos protagonistas em suas vidas. Televisão, rádio, internet, videogames, softwares de aprendizagem on-line, blogs, fotografia, projetos de entrevistas e reportagens produzidas pelos estudantes servem para ampliar o acesso à

cultura e à informação de maneira crítica e autônoma(JUNQUEIRA, 2012).

Acredita-se que a melhora da educação tem uma parceria com as novas tecnologias com o acesso mais fácil as mídias, e os profissionais da educação tem que ser um facilitador de repasse de conhecimento e reconhecer o potencial dessas tecnologias e criar desafios educativos para esses alunos. No entanto, ainda têm educadores que tem certo receio em utilizar essas novas tecnologias como instrumentos de aula. Segundo Pretto (1996, p.03):

[...] não podemos pensar que a pura e simples incorporação destes novos recursos na educação seja garantia imediata que se esta fazendo uma nova educação, uma nova escola, para o futuro [...]vivemos um momento histórico especial, em que surgem novos valores na sociedade.

Nesse contexto vive-se um momento impar da inclusa das novas tecnologias na escola, propiciando sua utilização de forma dinâmica e buscando igualdade de oportunidade para todos, todos esses fatores irão favorecer a melhoria da educação de uma forma ampla e eficaz.

CONCLUSÃO

No entanto, foi visto que as novas tecnologias na escola afetam diretamente o exercício do magistério de modo a produzir

efeitos positivo sendo um recurso para o docente.

A relação aluno-professor é intermediada através da subjetividade como instrumento de controle das emoções e meio de conhecimento pessoal. Cada discente tem a sua própria personalidade e características, com um caminho sem atalhos a seguir. A escola se apresenta como direcionadora e informadora diante das adversidades da vida educacional, que continua mesmo fora da escola. Diante disso, os recursos tecnológicos se apresentam como um instrumento extremamente rico e auxiliador nessa tarefa.

Podemos observar que essas inovações tecnológicas, apesar de ser uma realidade, encontram-se distante de uma parcela significativa de indivíduos na sociedade. Diante disso, é necessário dizer que, por este motivo, os professores têm que buscar outros recursos por vezes não tão eficientes.

Faz-se necessária uma adaptação da escola para uso criativo dessas novas tecnológicas, que vai além da disponibilização de laboratórios de informática. A relação como se aprende e como se ensina deve ser repensada, discutida para que o aluno seja inserido no mundo digital. É preciso que a sala de aula seja um espaço agradável, confortável e motivante para os alunos onde eles possam utilizar essas tecnologias, sabendo que,

estamos distante desta realidade visto que nos ainda estamos longe dessa sala de aula tecnológica perfeita, por que o mundo como um todo to rodeado de tecnologias, mas para as nossas escolas essa realidade esta um pouco distante de acontecer.

É com estas considerações acima que vemos em momento de grande inspiração literária entregando-se a uma nova época que envolve as tecnologias e um mundo digital em nossas escolas.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis. RJ: Vozes, 1997.

JUNQUEIRA, Eduardo S, Educação e novas tecnologias. **Presença Pedagógica**, julho/agosto v.18/n.106. Editora Dimensão, 2012.

JUNIOR, Nelson Coelho, Pedro Salem. **Dimensões da Intersubjetividade**. São Paulo: Escutar/FAPESP. 2012.

PRATA, Maria Regina. A Produção da Subjetividade e as Relações de Poder na Escola. **Revista Brasileira de Educação**. Jan/fev/mar/abr.Nº28.2005. Poços de Caldas/MG.

PRETO, Nelson. **Uma Escola/com futuro**. Rio de Janeiro; Papirus. 1996.

REZENDE, Flavia. As Novas Tecnologias na Pratica Pedagógica Sob a Perspectiva Construtivista. **Ensaio-Pesquisa em Educação em Ciências V.02 N.1**. Rio de Janeiro RJ. Março. 2012.

RODRIGUES, N. **Por uma Nova Escola**. O Transitório e o permanente na Educação. 8. Ed. São Paulo; Cortez, 1992.

SANTOS e no M, Yracy de Sousa. **As Novas Tecnologias na Educação e seus Reflexos na Escola e no mundo do Trabalho**. II jornada internacional de políticas publica. São Luís. MA. 2005.

SEVERINO, Antonio Joaquim, **Filosofia da Educação**: Construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.

RAILLON, Louis, Roger Cousinet: Tradução: Marcela Lopes Gomes, organização: Jose Luis Vieira de Almeida, Tereza Maria Grubisich. **Coleção Educadores: MEC** Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana. 2010.



Esta obra está sob o direito de Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

PROJETO DE TRÁFEGO PARA O PLANO DE MOBILIDADE URBANA DA CIDADE DE RIACHO DAS ALMAS – PE

Nathália Carolina Silva Santos¹
Anderson Laursen²

RESUMO

Como a maioria das cidades interioranas do estado de Pernambuco, Riacho das Almas está em ascendência de crescimento econômico, devido ao aumento de investimentos de empresários na área da confecção e supermercados, onde teve um aumento de 15% no segmento de comércio alimentício³. Esse aumento acarretou em um grande movimento no tráfego de veículos de carga no centro comercial da cidade, fazendo com que seu ordenamento ficasse comprometido, causando engarrafamento e criando transtornos à população. Com isso, se fez necessário a criação do Plano de Mobilidade Urbana da cidade, com o objetivo de ordenar o tráfego, promover a segurança dos usuários, obter maior compreensão dos condutores que ali trafegam, criar rotas e percursos com acessibilidade.

Palavras-chaves: trânsito, mobilidade, tráfego.

¹ E-mail: arquitetura.nathaliatiburtino@outlook.com

² E-mail: anderson.laursen@professores.unifavip.edu.br

³ TRIBUTAÇÃO, Secretaria de Finanças de Riacho das Almas, 2022.

LISTA DE SIGLAS

DTM	Departamento de Trânsito Municipal
CTB	Código de Trânsito Brasileiro
SENATRAN	Secretaria Nacional de Trânsito
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
PNMU	Política Nacional de Mobilidade Urbana

INTRODUÇÃO

Em 10 (dez) anos a frota de veículos na cidade de Riacho das Almas mais que duplicou, em 2022 (dois mil e vinte e dois), foram registrados 7.328 (sete mil trezentos e vinte e oito) veículos inscritos no município, entre eles: automóveis, caminhões, camionetes, camionetas, ciclomotores, motocicletas, motonetas, ônibus, micro-ônibus, reboques, entre outros.¹ Com isso, assim como toda cidade com crescimento em ascendência, se fez necessário a criação de um Departamento de Trânsito Municipal – DTM (Figura 1), a qual foi sabatinada pela câmara municipal de Riacho das Almas a aprovação da Lei Municipal Nº 1.345/2022 de 31 de Março de 2022, ao qual é destinado todas as atribuições de órgão executivo de trânsito municipal, elencadas no Art. 24 da Lei Nº 9.503 de 23 de Setembro de 1997, que

institui o código de trânsito brasileiro – CTB, em especial as atividades de:

- I. Engenharia de tráfego;
- II. Fiscalização e operação de trânsito;
- III. Educação de trânsito;
- IV. Coleta, controle e análise estatística de trânsito.

Para que as atividades do DTM, sejam feitas de maneira efetiva, foi necessária ser feita a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, que abrange todo o centro comercial da cidade, local de maior fluxo e onde se concentram a maior parte das problemáticas relacionadas a trânsito. A criação deste plano, foi elaborado com o objetivo de trazer desenvolvimento para a cidade de Riacho das Almas, pois, servirá de norte para toda população como modelo de compreensão da mobilidade, fluxos e paradas.

Figura 1
Sinalização de Regulamentação



Fonte: Departamento de Trânsito Municipal – DTM, Riacho das Almas, 2022.

¹ **DETRAN** – ESTATÍSTICAS. Disponível em: <https://www.detrans.pe.gov.br/institucional->

detrans/estatisticas. Acessado em 10 de outubro de 2022, às 13:37hs.

1.1 Objetivo Geral

Desenvolver um projeto para o Plano de Mobilidade para a cidade de Riacho das Almas – PE, afim de promover o desenvolvimento.

1.2 Objetivos Específicos

- Ordenar o tráfego de veículos e pedestres no centro comercial de Riacho das Almas – PE;
- Promover educação relacionado a trânsito na comunidade;
- Trazer clareza no entendimento dos fluxos, obtendo assim mais segurança aos usuários;
- Implantar percursos com acessibilidade;

2. REFERENCIAL TEÓRICO

As referências aqui abordadas serão baseadas na necessidade de informações relacionadas ao tema, com enfoque em solucionar as problemáticas encontradas.

2.1 Engenharia de Tráfego

Com objetivo de definir premissas voltadas a ampliar as condições de fluidez e segurança. Estudos prévios são feitos, e dados coletados a respeito do tráfego são analisados; esses estudos são voltados a entender como determinada via se comporta, como análises de estatística de acidente, análise de utilização das faixas de domínio do sistema viário, estudos de viabilidade técnica e econômica para

adequação e melhoria do sistema viário, entre outros aspectos. A partir disso, elaborar um planejamento que se dar com adaptações no mapa viário; atualização nas sinalizações horizontais e verticais; além de estratégias de implantação.

A engenharia de tráfego é um ramo da engenharia que atua no planejamento, no projeto geométrico, na operação de trânsito, na sinalização e nos projetos de segurança e fluidez em vias terrestres, terminais, lotes lindeiros e vias públicas com a perspectiva de integração junto a outros modos de transporte. Seu principal objetivo é assegurar o movimento ordenado e seguro das pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupo, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga e descarga. (Guia Básico para Gestão Municipal de Trânsito – DENATRAN, 2016, p.33)

Um profissional de Engenharia, na fase pré-projetual de coleta de dados deve analisar as principais problemáticas daquele determinado sistema viário, dentre eles os mais comuns são relacionados a acessibilidade, segurança, mobilidade e trafegabilidade.

2.2 Sinalização de Trânsito

Após análise das problemáticas, a equipe de engenharia do órgão de trânsito propõe melhorias no sistema viário, algumas dessas modificações podem se

resumir apenas na implantação de sinalização. Com a existência do órgão municipal de trânsito, ele se torna responsável pela falta ou a insuficiência, não podendo nesses casos serem aplicadas penalidades por sua inobservância. Por isso, existe o manual brasileiro de sinalização de trânsito, onde o CONTRAN estabelece rigorosamente determinações para sinalização mais comum, vertical e horizontal.

2.2.1 Sinalização Vertical

Com o objetivo de transmitir mensagens de caráter permanente e por vezes variável, a sinalização vertical é feita em espécie de placa fixa ao lado ou suspensas sobre a pista, onde seus símbolos são preestabelecidos pelo Código de Trânsito Brasileiro, permite que os usuários adotem o comportamento adequado para determinada via. Existem três tipos de sinalização vertical:

- Regulamentar as obrigações, limitações, proibições ou restrições que governam o uso da via (Figura 2);
- Advertir os condutores sobre as condições em potencial existentes na via ou nas suas proximidades, tais como escolas e passagens de pedestres (Figura 3);

- Indicar direções, localizações, pontos de interesse turístico ou de serviços e transmitir mensagens educativas, dentre outras, de maneira a ajudar o condutor em seu deslocamento (Figura 4).²

A sinalização vertical precisa obedecer às condições básicas para percepção do usuário da via, tais como: seguir sua legalidade reconhecida pelo CTB; suficiência na quantidade de sinalização; padronização que sigam os critérios estabelecidos por norma, clareza ao transmitir sua mensagem; precisão e confiabilidade de que a mensagem corresponde à realidade; boa visibilidade garantindo que a sinalização seja identificada em tempo hábil, conservada de maneira que esteja sempre limpa e bem fixada.

Figura 2



Fonte: Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – CONTRAN – Vol I

² Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – CONTRAN – Vol. III, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/arquivos->

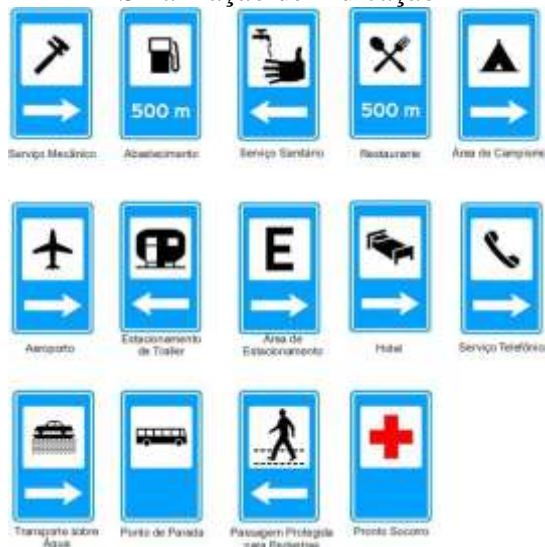
senatran/educacao/publicacoes/manual_vol_iii_-2.pdf. Acessado em 15 de setembro de 2022, às 22:54hs.

Figura 3
Sinalização de Advertência



Fonte: Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – CONTRAN – Vol II

Figura 4
Sinalização de Indicação



Fonte: Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – CONTRAN – Vol III

É de responsabilidade do órgão municipal de trânsito, fazer a implantação correta da sinalização vertical bem como manter sua conservação, refletindo uma boa imagem para a prefeitura, além de ser decisiva para segurança dos usuários, prevenindo acidentes.

2.2.2 Sinalização Horizontal

Assim como a vertical, a sinalização horizontal também tem seus parâmetros definidos pelo Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, desta vez no volume IV. Suas orientações tem a finalidade de orientar os usuários sobre as condições de utilização de determinada via, permitindo compreender as proibições, restrições e informações pelas quais os usuários devem tomar atitudes adequadas ao seu direcionamento e a segurança.

Este tipo de sinalização é classificado segundo sua função:

- Ordenar e canalizar o fluxo de veículos;
- Orientar o fluxo de pedestres;
- Orientar deslocamentos de veículos em função das condições físicas da via tais como, geometria, topografia e obstáculos;
- Complementar os sinais verticais de regulamentação, advertência ou indicação, visando enfatizar a mensagem que o sinal transmite;
- Regulamentar os casos previstos no Código de Trânsito Brasileiro (CTB).³

Fica sob responsabilidade do órgão municipal de trânsito a manutenção da pintura que faz a sinalização horizontal; pintura essa que deve seguir o padrão de

³ Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – CONTRAN – Vol. IV, 2007. Disponível em:

<https://central3.to.gov.br/arquivo/297183/>. Acessado em 15 de setembro de 2022, às 23:30hs.

cores e formas exigido em norma. Seu traçado e tipos de forma é o que vai definir o comportamento daquele determinado sistema viário. Para o traçado da sinalização, existem 3 (três) tipos de formas padrão, que são: contínua; tracejada ou seccionada; e setas, símbolos e legendas. As cores padrão utilizadas na sinalização horizontal possuem diferentes direcionamentos.

Tabela 1 – Legenda de padrão de cores – Sinalização Horizontal

LEGENDA DE PADRÃO DE CORES – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	
COR	UTILIDADES
AMARELO	Separar movimentos veiculares de fluxos opostos;
	Regulamentar ultrapassagem e deslocamento lateral;
	Delimitar espaços proibidos para estacionamento e/ou parada;
BRANCO	Demarcar obstáculos transversais à pista (lombada).
	Separar movimentos veiculares de mesmo sentido;
	Delimitar áreas de circulação;
BRANCO	Delimitar trechos de pistas, destinados ao estacionamento regulamentado veículos em condições especiais;

	Regulamentar linha de transposição e ultrapassagem;
	Demarcar linha de retenção e linha de “Dê a preferência”;
	Inscrever setas, símbolos e legendas.
VERMELHO	Demarcar ciclovias ou ciclofaixas;
	Inscrever símbolo (cruz)
AZUL	Inscrever símbolo em áreas especiais de estacionamento ou de parada para embarque e desembarque para pessoas portadoras de deficiência física.
	Proporcionar contraste entre a marca viária/inscrição e o pavimento, (utilizada principalmente em pavimento de concreto) não constituindo propriamente uma cor de sinalização.
PRETO	

Fonte: Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – CONTRAN – Vol IV, desenvolvido pela autora.

A presente norma também detalha dimensões, materiais, aplicação e manutenção da sinalização, e seus princípios de utilização e aplicação.

2.3 Fiscalização de Trânsito

Para que o trânsito siga corretamente as recomendações das sinalizações verticais e horizontais, o órgão de trânsito também se encarrega de exercer a fiscalização, afim de controlar o cumprimento das normas estabelecidas na legislação de trânsito. Este

ato é de extrema importância, pois, o agente autuador é responsável por “sensibilizar” o usuário da via no sentido de respeitar a legislação, para sua própria segurança e de todos que ali trafegam.

Conforme anexo I do CTB, o agente de trânsito é a autoridade máxima competente responsável pela autuação, somente ele é capaz de aplicar penalidades de multa. A Polícia Militar também é capaz de autuar sob infração de trânsito, desde que se estabeleça convênio, e dentro da corporação serem encaminhados para o papel de autoridade de trânsito apenas os policiais militares que sejam credenciados pelo DETRAN.

A fiscalização pode ser feita também de maneira eletrônica, porém, antes da implantação de qualquer radar, é necessário um estudo do local, para identificar se a sinalização existente não é suficiente para que a segurança seja garantida, por este ser um investimento alto.

É desaconselhável a redução brusca da velocidade média só para instalar o radar. A redução da velocidade regulamentada em uma via deve considerar suas condições de operação, tendo como objetivo reduzir o número e, sobretudo, a gravidade de acidentes registrados. (Guia Básico para Gestão Municipal de Trânsito – DENATRAN, 2016, p.42)

2.4 Mobilidade Urbana

A Lei nº 12.587/2012, que dispõe da Política Nacional de Mobilidade Urbana – PNMU, tem o objetivo de orientar, instituir diretrizes que regulamentam a Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, pertencente ao Ministério das Cidades. Esta lei é tratada como instrumento de política de desenvolvimento, que rege a integração de diferentes tipos de transportes, promovendo a melhoria da acessibilidade e mobilidade dos usuários em todo o sistema viário de cada município.

O poder público, têm como desafio se integrar as políticas urbanas, que tragam qualidade ao deslocamento e mobilidade no sistema urbano, com elementos que integrem a malha viária existente, afim de minimizar as problemáticas nos deslocamentos, otimizando tempo, promovendo assim um desenvolvimento econômico urbano satisfatório, além de trazer qualidade de vida aos seus usuários.

Também conhecida como a Lei da Mobilidade Urbana, traz consigo a constatação do fim de um modelo que demonstrou ser insuficiente para tratar da necessidade de deslocamento, que apresenta cada vez mais complexidade e grande impacto no planejamento urbano. A mobilidade nas cidades é fator preponderante na qualidade de vida dos cidadãos. O modelo de circulação de pessoas e cargas

dentro do território urbano interfere no desenvolvimento econômico do País, pois dele dependem a logística de distribuição de produtos, a saúde e a produtividade de sua população, dentre outros. (PlanMob, Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, 2015, p.28)

Mais do que o poder público, a sociedade tem papel importante na criação de qualquer plano de mobilidade, pois não há diagnóstico que demonstre mais claramente do que o relato pessoal de quem vive a realidade da cidade, com isso se faz necessária a participação popular feita de maneira efetiva, garantindo a transparência desse processo como forma de induzir o cumprimento das premissas estabelecidas.

3. METODOLOGIA

3.1 Planejamento

Antes de se estabelecer qualquer projeto, o planejamento dos processos deverá ser feito como estudo prévio, para definir metas a serem alcançadas, tomar consciência do propósito e dos seus objetivos. Podendo ser feito da seguinte maneira:

- Levantamento das principais problemáticas relacionadas a trafegabilidade;
- Levantamento dos recursos (humanos, materiais e financeiros) disponíveis para

solucionar as problemáticas encontradas;

- Definir objetivos e metas a serem alcançadas a curto, médio e longo prazo, devendo ser metas factíveis.

O planejamento urbano deve ser pensado juntamente com o planejamento do trânsito, pois o trânsito está inserido em solo urbano, ele afeta diretamente a circulação de pessoas, mercadorias, animais, entre outros. Onde esse planejamento deve ter como base as normas relativas a ocupação do solo que estão previstas no estatuto das cidades e em plano diretor municipal.

3.2 Execução

Após o planejamento, devem ser definidas um conjunto de ações destinadas a alcançar as soluções previstas para as problemáticas encontradas. Nesta etapa que são utilizados recursos humanos, materiais e financeiros para se obter os resultados previstos na etapa de planejamento. O acompanhamento é necessário a fim de assegurar que o planejamento está sendo seguido e talvez intervir em eventuais correções, podendo ser possível visualizar de forma concreta o projeto elaborado.

3.3 Participação Popular

Em uma sociedade onde o sistema democrático é levado a sério, a gestão pública deve permitir e incentivar a

participação popular, pois garante que a precisão do diagnóstico se aproxime mais da realidade. A participação da população garante legitimidade aos atos de uma gestão, pois garante que as demandas populares sejam consideradas para ações no trânsito e em qualquer outra área. Além de ser um processo que enriquece no banco de dados de informação e facilita a tomada de decisões que cercam os assuntos de interesse comum.

4. OBJETO DE ESTUDO

Na fase de estudos preliminares, foi identificado que o centro comercial da cidade de Riacho das Almas, é o local que se concentra a maior parte das problemáticas encontradas a respeito da trafegabilidade. Com isso, foi feito o levantamento detalhado de toda área, criando o mapa como forma de unibase para o município. Em cima deste levantamento foram identificadas pontualmente os problemas e foram propostos no projeto de tráfego do Plano de Mobilidade Urbana soluções para estas questões.

Figura 5

Arte ilustrativa do Plano de Mobilidade Urbana da cidade de Riacho das Almas - PE



Fonte: Elaborado pela autora

4.1 Projeto de Tráfego

Para o plano de mobilidade urbana, foi necessário entender os problemas do trânsito da cidade, com isso foi elaborado o projeto de tráfego do centro comercial. Nele foram identificados 4 (quatro) principais pontos de problemática, enumerados e localizados na imagem de satélite (Figura 6). A seguir será exposto cada problemática enumerada, e propor a solução para cada ponto crítico de forma isolada.

Figura 6

Mapa de Problemáticas no tráfego de Riacho das Almas - PE



Fonte: Google Earth, elaborado pela autora.

4.1.1 Ponto Crítico 1

A entrada da cidade de Riacho das Almas, popularmente conhecida como “trevo”, é constituída por duas ilhas de refúgio, com prolongamento para a Rua Coronel Joaquim Bezerra; esta rua é consideravelmente estreita para ser a rua principal da cidade; com apenas 7,0m (sete metros) de largura, é considerada uma problemática. Além disso, neste local possui um armazém privado de separação de lixo reciclável, com isso o proprietário utiliza o espaço de passeio público⁴ para estacionar veículos de carga, esta prática torna o espaço de passagem de veículos na via ainda mais estreito, causando um congestionamento na entrada da cidade.

Figura 7

Entrada de Riacho das Almas



Fonte: Acervo da autora

A solução adotada para este local, foi a proibição de estacionar em toda extensão direita da via de quem está entrando na cidade. Além disso, fica proibido também o estacionamento nas ilhas de refúgio que

formam o “trevo” de entrada. Os elementos de sinalização utilizados foram verticais e horizontais, a vertical sendo a placa de proibido estacionar no meio do trecho de 60,0m (sessenta metros), de modo que fique 30,0m (trinta metros) de um lado da placa e 30,0m (trinta metros) do outro lado. A horizontal foi a utilização de pintura da guia de bordo na cor amarela que representa proibição para estacionar. A sinalização horizontal sempre deve ser acompanhada da sinalização vertical para que assim a proibição seja efetiva, e a punição da infração seja legal.

Figura 8

Ponto crítico 1 (entrada da cidade)



Fonte: Elaborado pela autora

4.1.2 Ponto Crítico 2

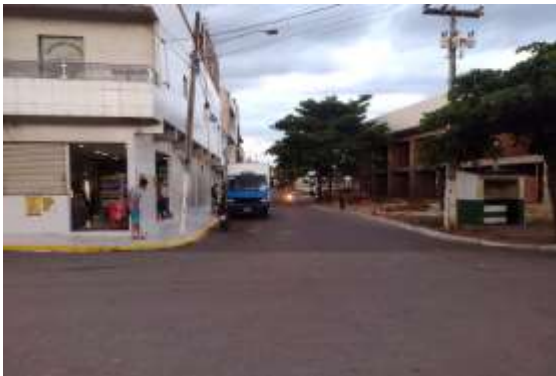
O cruzamento da Rua Coronel Joaquim Bezerra com a Rua Justo Fernandes da Mota, popularmente

⁴ Calçada.

conhecimento como o cruzamento da prefeitura, é um ponto de maior problemática na trafegabilidade. Devido à grande quantidade de lotação que vai para a cidade de Caruaru – PE, muitas delas se aglomeram neste cruzamento, atrapalhando a visibilidade dos condutores que estão a cruzar (Figura 9), além de que o Art. 181 do CTB traz a proibição de estacionar em esquinas e a menos de 5,0m (cinco metros) do bordo do alinhamento da via transversal.

Figura 9

Cruzamento da Rua Coronel Joaquim Bezerra com a Rua Justo Fernandes da Mota



Fonte: Acervo da autora

Com isso, as soluções adotadas foram: a de deixar explícita a proibição de parar e estacionar nas esquinas pintando de amarelo a linha de bordo; definindo a Rua Coronel Joaquim Bezerra como a que detém a preferência, implantando a placa de dê a preferência na rua transversal; determinando um local específico para as lotações, deixando 6 (seis) vagas para os veículos esperarem o embarque de passageiros. A Rua Coronel Joaquim

Bezerra atualmente é uma via que os veículos costumam trafegar por vezes acima do limite de velocidade, se fazendo necessário diminuir a velocidade de fluxo desta via, por isso as lombadas existentes foram mantidas, implantar a sinalização vertical de limite máximo de velocidade para 30 km/h e área escolar, além da criação de uma faixa elevada em frente à Escola Manoel Bacelar priorizando o pedestre, dessa forma os sistemas adotados obrigam os usuários a diminuem a velocidade ao trafegarem nesta via (Figura 10).

Figura 10

Ponto crítico 2 (cruzamento da prefeitura)



Fonte: Elaborado pela autora

Em todo prolongamento da Rua Coronel Joaquim Bezerra, foi estabelecido locais de estacionamento de veículos leves e motocicletas, respeitando também o Art. 181 do CTB, que determina que 2% das vagas de estacionamento deve ser destinado a pessoas com deficiência física e idosos. Também foram definidos locais de parada híbrida, para lotação e ônibus, esses locais

são apenas para embarque e desembarque de passageiros, não sendo permitido permanência nesses locais (Figura 11).

Figura 11
Ponto de Parada Híbrida



Fonte: Elaborado pela autora

4.1.3 Ponto Crítico 3

Conhecido como centro de Riacho das Almas, o ponto crítico 3 é de fato onde se concentram a maior parte dos estabelecimentos comerciais, nele é onde as Ruas Coronel Joaquim Bezerra e Rua Maria Júlia da Mota se unem e formam a Rua Dr. Manoel Borba, sendo ela dividida por um canteiro central que é conhecido como a praça da capela, um dos cartões postais da cidade.

Figura 12
Praça da Capela



Fonte: Acervo da autora

Este local é o maior ponto crítico referente a trafegabilidade na cidade, por uma série de fatores que juntos deixam o trânsito parado por vários momentos do dia. As problemáticas identificadas no local foram: além de veículos estacionarem do lado direito de cada via, diversos veículos também estacionam ao lado da guia de bordo da praça da capela (canteiro central), deixando apenas um corredor central onde os veículos transitam. Nesse local também tem a presença de grande parte das lotações da zona rural, estacionando nos pontos comuns de veículos particulares. O ônibus intermunicipal trafega neste local, muitas vezes fazendo o embarque e desembarque em fila dupla no meio da via. Foi constatado também, que devido à grande quantidade de estabelecimentos comerciais existem diversos caminhões de carga que utilizam as vagas de veículos particulares para descarregarem, muitas vezes usando o canteiro central para estacionar e assim diminuir a qualidade do trânsito. Contudo, ainda é possível observar que veículos trafegam na contramão do sentido correto estabelecido.

As soluções adotadas para estas problemáticas, foram: determinar proibição de estacionar em todo o lado esquerdo a partir da bifurcação com a Rua Antônio Limeira, deixando permitido estacionamento de veículos leves e motocicletas apenas do lado direito da via e

onde estiver com a marcação de suas respectivas vagas. Foi definido também algumas vagas exclusivas para lotação, e pontos de parada híbrida em pontos estratégicos, nesses locais a guia de bordo será pintada de amarela, garantindo assim o objetivo da vaga. Foi estabelecido também apenas um local para carga e descarga nestas vias principais, e foi priorizada as ruas paralelas com este objetivo, já que a maioria das lojas possuem acesso às ruas posteriores.

Figura 13
Ponto crítico 3 (centro)



Fonte: Elaborado pela autora

Como a quantidade de vagas de estacionamento diminuiu devido a proibição legitimada do estacionamento em todo prolongamento esquerdo das vias, foram oficializadas vagas de estacionamento transversal a via na Rua Anacleto Braz, onde os veículos poderão retornar pela Travessa Anacleto Braz. Nestes locais, também foram determinadas as vagas de estacionamento para cadeiras e idosos.

4.1.4 Ponto Crítico 4

O cruzamento da Rua Walter Braz com a Rua Eloisa Ferreira da Silva e Avenida da Saudade, conhecido como cruzamento do cemitério, é um caso peculiar, por se tratar do início da PE-121 que liga Riacho das Almas à Frei Miguelinho. Poucas pessoas têm conhecimento deste fato, pois esta rodovia estadual atravessa toda a cidade, possuindo nomes de ruas em separados trechos, iniciando como Rua Eloisa Ferreira, Avenida da Saudade, Rua José Francisco da Silva, Rua José Felismino e finalizando com a Avenida Nossa Senhora de Fátima, seguindo pela zona rural até a cidade de Frei Miguelinho.

Figura 14
Cruzamento do cemitério



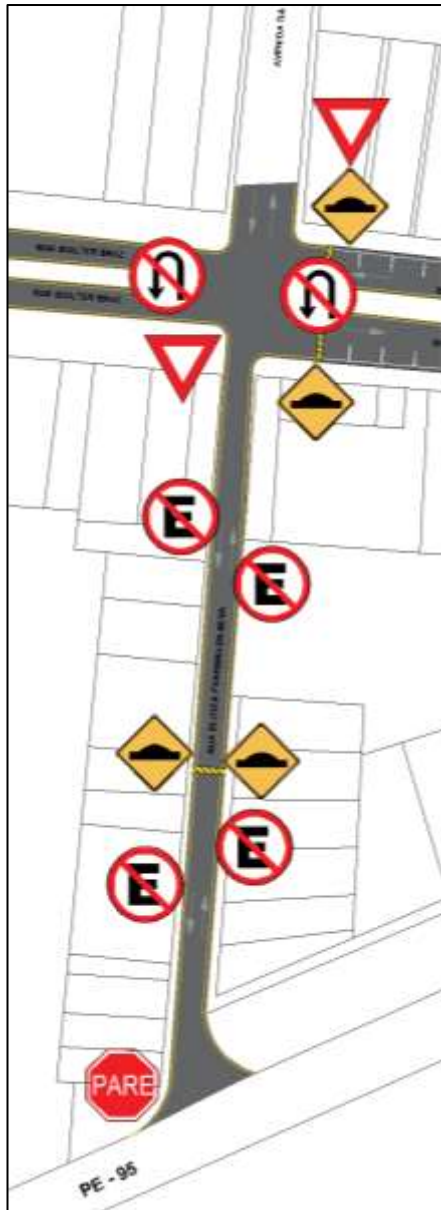
Fonte: Acervo da autora

As problemáticas encontradas neste cruzamento são: A Rua Eloisa Ferreira da Silva é muito estreita possuindo apenas 5,0m (cinco metros) no seu ponto mais estreito, este é definido como uma problemática por se tratar do início de uma rodovia estadual. Por isso foi determinada a

preferência aos veículos que estiverem na rodovia, assim, implantando as placas de dê a preferência na Rua Walter Braz.

Figura 15

Ponto crítico a (cruzamento do cemitério)



Fonte: Elaborado pela autora

Por se tratar de um início de rodovia consideravelmente estreito, foi definida a proibição de estacionar em todo o prolongamento da Rua Eloisa Ferreira, fazendo a pintura da linha de bordo na cor

amarela e a implantação de placas de proibido estacionar.

De forma resumida, os 4 pontos críticos apresentados no presente trabalho, fazem parte de um projeto de tráfego completo (Figura 15) que foi feito minuciosamente para todo o centro comercial, visando ruas adjacentes e paralelas às que foram aqui expostas. O projeto completo estará disponível no anexo juntamente com a sinalização sugerida.

Figura 16

Mapa do Projeto de tráfego do Plano de Mobilidade Urbana de Riacho das Almas - PE



Fonte: Elaborado pela autora

CONCLUSÃO

O presente trabalho foi elaborado de maneira efetiva para o Departamento de Trânsito Municipal – DTM da cidade de Riacho das Almas, onde a execução do projeto de tráfego está sendo executado por meio de recurso próprio pela prefeitura do município, ao qual a autora se encontra no cargo de Diretora Municipal de Trânsito. Os departamentos têm feito um trabalho em conjunto com a Secretaria de Infraestrutura,

colocando em prática grande parte das soluções aqui apresentadas, bem como implantação de rampas para cadeirantes, lixeiras e plantando árvores, auxiliando em um trânsito de qualidade para os usuários. Em conjunto com o Plano de Mobilidade, a fiscalização atualmente é feita por agentes de trânsito, pelos quais foram submetidos a treinamento específico voltado a legislação de trânsito. Com isso é possível perceber que grande parte das soluções aqui apresentadas têm sortido efeitos positivos para a trafegabilidade no centro comercial. O plano de mobilidade é mutável, permitindo que a população participe, com críticas, solicitações e sugestões, também com o objetivo futuramente de expandi-lo para os bairros periféricos.

REFERÊNCIAS

DETRAN – ESTATÍSTICAS. Disponível em:

<https://www.detran.pe.gov.br/institucional-detran/estatisticas>. Acessado em 10 de outubro de 2022, às 13:37hs.

Guia Básico para Gestão Municipal de Trânsito – DENATRAN, 2016. Disponível em:

<file:///C:/Users/Windows10/Downloads/Site-Gestao-Municipal-do-Tra%CC%82nsito.pdf>. Acessado em 20 de outubro de 2022, às 13:16hs.

LEI 9.503 de 23 de Setembro 1997 – CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503compilado.htm. Acessado em 23 de setembro de 2022, às 10:54hs.

LEI 12.587 de 3 Janeiro de 2012 – A POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112587.htm. Acessado em 13 de outubro de 2022, às 15:55hs.

Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – CONTRAN, 2007. Disponível em:

https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/arquivos-senatran/educacao/publicacoes/manual_vol_ii_-2.pdf. Acessado em 15 de setembro de 2022, às 22:54hs.

PlanMob, Caderno de Referência para Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana, Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana – Ministério das Cidades, 2015. Disponível em:

<https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSE/planmob.pdf>. Acessado em 14 de 2022, às 21:47hs.



Esta obra está sob o direito de Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR DIANTE DA NOVA CLIENTELA EDUCACIONAL

Adriana Maria Bezerra de Oliveira¹
Éricka Maria Pereira Sobreira de Araújo²
Antonia Luduina Rodrigues Patrício³
Antonia Angela de Lima⁴

RESUMO

A escola representa não é só um espaço para o ensino e aprendizagem, mas também um importante espaço para as primeiras experiências políticas e de convívio em sociedade. É nesse espaço que surgem as primeiras experiências de convívio entre pessoas que pensam e agem de forma diferente, é nele também que estão e podem ser inseridas pessoas “diferentes” ou portadoras de necessidades especiais. A escola tem um papel fundamental para trabalhar essa temática de forma a socializar assuntos que em outrora era tratado como delicado. Em um resgate histórico percebe-se que a escola assumiu papéis diversos onde foi necessário à gestão uma adequação conforme as demandas de cada época. Na atualidade a gestão escolar deve estar atenta com as novas demandas da sociedade sobretudo com a questão da inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais que requer a quebra dos paradigmas sobre o pré-conceito e discriminação.

Palavras-chave: Gestão escolar, nova clientela, desafios

¹ *adrianabezerra783@gmail.com*

² *proferickamestrado@yahoo.com.br*

³ *liduinapatricio@hotmail.com*

⁴ *xaviercremona@outlook.com*

INTRODUÇÃO

Entende-se que a Escola em linhas gerais é um espaço democrático e de socialização de experiências entre os diferentes. Porém, para que possa ser de fato um espaço democrático, é imprescindível em primeiro lugar para a gestão escolar, identificar os diferentes perfis da nova clientela que se apresenta no contexto atual. Compreender como se apresenta e se comporta essa nova clientela e as dimensões subjetivas desse espaço são os novos desafios a serem assumidos pelos gestores e administradores escolares.

Antes de atender as práticas pedagógicas dos alunos é preciso antes que a escola atenda as expectativas da família, pois é por meio desta instituição que na maioria das vezes partem os primeiros ensinamentos e contatos com o universo fascinante do conhecimento, e em terceiro fornecer mecanismos e subsídios para essa nova clientela condizentes para a convivência em sociedade.

Segundo a legislação da constituinte de 1988 é por meio da família, escola e sociedade que os anseios por uma educação de qualidade pode acontecer e que é por meio desse conjunto que os mecanismos educacionais podem ser postos em prática. O elo entre estas três instituições deve ser de tal forma para que não haja transferência de responsabilidades e que a

soma dos compromissos de cada uma delas tem um valor singular dentro do processo de ensino e aprendizagem. E que isso possa ser implementado aos indivíduos com necessidades especiais ou não, onde o primeiro é o nosso foco de análise, devido às especificidades de cada indivíduo dentro da sociedade. É nesse meio que a escola desenvolve um papel fundamental, pois são no espaço da mesma que as primeiras relações de troca de experiências desenvolvem-se, a interação entre esses diversos sujeitos (Diretores, agentes administrativos, porteiros, zeladores, professores(as) e alunos) faz da escola um espaço de representação de convívio coletivo, onde estão implícitos as normas que regem a sociedade.

É nessa perspectiva que o nosso trabalho busca através dos teóricos e das obras consultadas, fazer um esboço dessa temática com vistas a promover o diálogo e incitar para novas possibilidades do tema. Contudo buscamos utilizar a metodologia concernente a revisão bibliográfica, pois não é objetivo da presente proposta trazer a temática escolhida como um fim em si mesmo mas sim mostrar a quem for de interesses a gama de opções e de fontes que a questão da gestão traz consigo

CONCEITUANDO A GESTÃO ESCOLAR

Antes de tudo a Escola é um espaço político que carece de gerenciamento. Segundo o Minidicionário da Língua Portuguesa gestão significa: gerir e administração. Neste sentido o modelo de gerenciamento participativo tornou-se um elemento indispensável para envolver todos os sujeitos de maneira conjunta no universo escolar. O modelo de Gestão Escolar adotado atualmente visa conduzir a escola à discussão participativa trabalhada principalmente com foco nos resultados traçados desde o planejamento escolar, o que para LUCK

A participação ativa de todos os envolvidos em uma unidade social, para a tomada de decisão conjunta, mediante processo de planejamento participativo, pelo qual a realidade é analisada pela incorporação de diferentes olhares que, ao serem levados em consideração, permitem que as decisões tomadas o sejam a partir de uma visão abrangente das perspectivas de intervenção, além de garantirem o comprometimento coletivo com a implementação do planejado. (in BRITO p.128).

Assim como outro empreendimento público e ou privado a escola necessita seguir requisitos básicos em sua estrutura organizacional a começar pela sua administração e modelo de gestão adotado.

No contexto atual, a escola passa a integrar-se, também, no modelo político participativo democrático, onde a participação dos atores nesse contexto é uma ferramenta que proporciona uma análise reflexiva para a construção coletiva e é partindo do modelo de gestão adotado pela escola que são repassados esses valores, então a escola desempenha o papel de um lugar de ensino e aprendizagem como também de espaço do protagonismo para pensá-lo politicamente a formação do cidadão

Nesse cenário adverso, é forçoso agir em outra direção. Democratização da escola implica repensar em sua organização e gestão, por meio do redimensionamento das formas de escolha do diretor e da articulação e consolidação de outros mecanismos de participação. Nesse sentido, é fundamental garantir, no processo de democratização, a construção coletiva do projeto pedagógico, a consolidação dos conselhos escolares e dos grêmios estudantis, entre outros mecanismos. Isso quer dizer que a cultura e a lógica organizacional da escola só se democratizarão se todos que vivenciam seu cotidiano contribuirão para esse processo de mudança. (DOURADO, 2006, p.13)

O ato de gerenciar na realidade escolar passa a ser mais abrangente do que

simplesmente o olhar sobre a estrutura de organização da escola, é preciso a escola estar aberta para as novas mudanças na sociedade principalmente voltadas às tecnologias como também das exigências da nova clientela educacional.

Através da democratização e do acesso à escola fato esse que se dá a partir da constituinte de oitenta e oito é que passa a ser incorporado na escola indivíduos com necessidades especiais que além de despertarem o debate sobre a temática conseqüentemente imprimem uma nova perspectiva para pensar a administração e gestão escolar que segundo Penin & Vieira (2002) a escola sofre mudanças relacionando-se com os momentos históricos. O modelo de tratar os portadores de alguma necessidade especial (pessoas surdas, deficientes visuais, cadeirantes dentre outros) com indiferença perde a vez, e entra em cena, a inclusão como forma de amenizar a segregação até então existente no universo da própria escola, dada às mudanças emanadas pela sociedade, pensando essa mudança como algo positivo para a escola pois para alguns autores “Sempre que a sociedade defronta-se com mudanças significativas em suas bases sociais e tecnológicas, novas atribuições são exigidas à escola” (PENIN; VIEIRA, 2002, p. 13).

O gerenciamento e modelo de gestão adotado pela escola dentro do contexto requerem da administração uma abordagem e visão horizontal das necessidades e possibilidades de se trabalhar com a questão da inclusão social. Isso se depreende de mais diferentes níveis das necessidades especiais onde a administração tem um papel não menos importante do que os já realizados pela família do próprio aluno. Segundo Martins (1991) administrar não é apenas o ato de operacionalizar e delegar as tarefas e nem tão pouco tratar o planejamento de forma superficial visando um bom andamento e realização das tarefas “a administração como processo de planejar para organizar, dirigir e controlar recursos humanos, materiais, financeiros e informacionais visando à realização de objetivos”. (Martins, 1991)

Como já nos referimos à escola como sendo um espaço de socialização e de convivência entre os mais diferentes tipos de pensamento, a qual deve ser norteadada por um modelo de gestão, onde associe a participação de todo o conjunto envolvido no processo de ensino e aprendizagem, com as devidas ressalvas fundamentais para a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais, pois segundo Arthur Guimarães (2003, p. 44) “A inclusão é um processo cheio de imprevistos sem fórmulas prontas e que exige o

aperfeiçoamento constante.”. E que em uma última expectativa atinjam essa nova clientela que requer uma metodologia específica sem perder de vista a capacidade da autopromoção de cada indivíduo, e que acima de tudo a escola consiga mostrar que atividades e projetos são desenvolvidos visando esse “novo” público pois “hoje é necessário que cada escola mostre sua cara para a sociedade, que diga o que está fazendo, os projetos que desenvolve, a filosofia pedagógica que segue, as atribuições e responsabilidades de cada um dentro da escola” (MORAN, 2003, p. 3).

NECESSIDADES ESPECIAIS: UMA NOVA CLIENTELA ESCOLAR

O ser humano no mais íntimo é limitado. Vivemos numa sociedade onde são cada vez mais recorrentes as análises estereotipadas e rotulação a respeito das pessoas seja por sua aparência física, etnia, credo, classe social, região de origem e ou capacidade intelectual, ou seja, vivemos em meio a diversos elementos condicionantes para o desenvolvimento e cultura do pré-conceito. Isso ocorre na sociedade, talvez pela maneira seletiva que associada ao que em primeiro lugar é conveniente para determinados grupos, no meio em que vivemos.

É difícil para qualquer pessoa assumir os seus limites sejam estes nos campos pessoais, profissionais, amorosos e

ou de até realizar uma simples tarefa do cotidiano e mais difícil ainda é conviver e entender as limitações alheias. Diante das conquistas adquiridas ao longo da história por meio de lutas a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais é uma realidade do mundo contemporâneo logo:

No terceiro milênio, é necessário aceitar e reconhecer que a deficiência é partecomum da variada condição humana, e sua aceitação conduz ao respeito, à dignidade e à busca da convivência harmoniosa entre todas as pessoas na sociedade, independente de terminologias ou significações de ordem social. (SALVI, pág.03)

Partindo do entendimento que a sociedade é um todo formado por inúmeros elementos, analisamos a escola como sendo uma parte desse todo. Para efeito de análise a escola é um dos primeiros ambientes de convivência coletiva entre sujeitos diferentes e conseqüentemente é o ambiente que irá surgir e despertar às primeiras trocas de experiências. É na escola onde a criança expõem as suas experiências trazidas da sua família e agrega outros aprendizados oportunizados pela curiosidade.

Nesse universo é oportuno para a gestão escolar trabalhar em seu Projeto Político Pedagógico as temáticas de inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais, socializando entre

os alunos, professores e demais funcionários pois:

[...] As pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas à discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano [...] (VADEMECUM, 2009)

O ponto de partida para o enfrentamento dos desafios imprimidos pela essa nova demanda educacional coincide e está ligada à interação e inclusão, pois além de ser uma forma de garantias de direitos é uma prática pedagógica onde a princípio trabalha-se a convivência harmônica entre os diferentes mundos. É chegada a hora de reparar as atitudes (segregação social) tomadas em um tempo não muito distante pela escola, e garantir de maneira não assistencialista os direitos à educação de forma igualitária. Para a autora e estudiosa Montoan sobre inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais essa base é fundamental, pois segundo ela a “integração e inclusão têm objetivos opostos, a primeira visa inserir o aluno que já foi excluído anteriormente enquanto que o objetivo da segunda é não deixar ninguém de fora do ensino regular, desde o início da vida escolar” (MONTANO, 2006, p.19).

Os desafios assumidos pela gestão sobre essa nova clientela requer trabalhar a priori a quebra de paradigmas e dogmas a respeito do que vem a ser “uma pessoa portadora de algum tipo de deficiência ou necessidade especial” dentro do universo escolar. A gestão neste caso deve criar mecanismo afim de um nivelamento de informação conceitual sobre a temática aplicando-o em parceria com a família, escola e sociedade. É nesse tripé que podemos enxergar a quão importante deve-se ser assumidas as responsabilidades entre essas instituições

Assim, a educação inclusiva envolve um processo de reestruturação social, onde não deverá somente a escola estar preparada para receber essa clientela. A sociedade em geral deverá acreditar em novas perspectivas em relação às PNEE, deixando de olhar pelo ângulo da incapacidade ou limitação, passando a olhar sob o aspecto das possibilidades e competências e proporcionando alternativas para o desempenho de diferentes habilidades sociais. (SALVI, pág. 7).

Devemos romper com todas as formas de preconceito, mas sabemos que é um processo lento onde neste caso é fundamental a integração entre essas

instituições- família, escola e sociedade- devem ser constantes.

O processo de inclusão no Brasil vem acontecendo de forma gradual, e nesse sentido, para que continuemos caminhado, o comprometimento das instituições educacionais é imprescindível, sendo assim, isso recai sobre as responsabilidades do núcleo gestor, pois é justamente esse ambiente que será o principal agente de transformação da educação e é nele que estará ocorrendo, ou não, a busca pela garantia da educação como direito universal de todos, para tanto, ela deve estar aberta em aceitar e propor mudanças em sua organização. Contudo, embora não seja o único, o primeiro passo para que uma escola se torne inclusiva é garantir que todas as crianças e adolescentes dessa faixa etária, residentes nessa região, nela sejam efetivamente matriculadas (MEC/SEESP, 2004, v.3, p.15).

Para se efetivar a inclusão de fato e de direito a escola deve estar equipada e preparada para receber e ensinar a todos considerando a capacidade diferenciada de seus educandos de se inteirar das atividades nela realizada. Isso configura-se como um grande desafio para qualquer gestor. Se faz necessário ratificar, que para a instituição escolar não basta estar fisicamente estruturada para se atingir satisfatórios, pois é preciso contar de forma efetiva com o apoio de funcionários de todo o segmento

escolar, desde o porteiro que recebe os alunos num primeiro momento até os gestores administrativos. E ainda garantir a efetiva participação dos familiares dos estudantes e membros da comunidade na qual a escola está inserida.

A escola que se pretende inclusiva, é a que em cujo espaço não existam campos demarcados, do tipo, aqui estão os alunos “normais” e ali os “especiais” ou os “incluídos”, como se escuta com frequência. Ainda segundo esse autor, o desafio é construir e colocar em prática no ambiente escolar, uma pedagogia válida para todos os educandos, “capaz de atendê-los em suas situações pessoais e, cujas características de aprendizagem requeiram uma (Beyer, 2006, p.33).

Um marco para a legitimidade da inclusão da pessoa com necessidades educativas especiais na escola comum, foi assinalada pela Declaração de Salamanca (1994), reafirmando que todo o trabalho pedagógico, além dos princípios democráticos, deverá ser pluralista e multiculturalista, não se limitando apenas ao acesso, mas a permanência dos discentes nos diversos níveis de ensino e reconhecendo sua identidade social, ratificando que a sociedade no seu normal é composta por diferenças e que faz parte do trabalho e das habilidades de um bom núcleo gestor compreender que a escola do

século XXI, tem como primazia o dever de considerar as múltiplas diferenças, realizando os ajustes necessários para uma efetividade no atendimento as necessidades de aprendizagem de cada educando no processo educativo.

O documento supracitado reforça que “os programas de estudos devem ser adaptados às necessidades da criança e não o contrário. As escolas deverão, por conseguinte, oferecer opções curriculares que se adaptem às crianças com capacidade e interesses diferentes” (Declaração de Salamanca, 1994, p.33). Contudo, a escola deve oferecer programas educacionais flexíveis, contribuindo para a promoção de desafios, de forma a superar as necessidades grupais ou individuais, compreendendo e reorganizando ações educativas que garantam aprendizagem de novos conhecimentos.

Destarte, a educação inclusiva cobra no núcleo gestor um processo de reestruturação social, onde não deverá somente a escola estar preparada para receber essa clientela. Pois a escola como um todo se incumbirá de propor a sociedade em geral que ela também deverá acreditar em novas perspectivas em relação às PNEE, e deixar a visão retrógrada de que o aluno é incapaz ou limitado, e começar a ver que cada qual tem suas possibilidades e competências inerentes às suas capacidades

e assim promoverá subsídios para diversas habilidades sociais.

Sabemos que as três esferas do poder tem suas obrigações fundamentais, mas compreendemos que a gestão escolar tem importância singular no processo de inclusão, haja vista que está lá na ponta e é quem se depara de forma empírica com a diversidade de necessidades específicas e que de fato e de direito aplica as políticas públicas destinadas a esse público em específico, é nessa perspectiva que a gestão escolar se configura como uma âncora da condição humana, condição essa que não suporta mais o esboço de discursos preconceituosos e excludentes; as necessidades específicas sempre estiveram presentes e são partes integrantes da nossa sociedade. O diferencial é que na contemporaneidade, lidamos com a garantia dos direitos anteriormente conquistados, sendo que nesse processo, cabe aos núcleos gestores tomar parte como principal porta voz das políticas de inclusão.

REFERÊNCIAS

Alexandre (Org.). **Gestão educacional e tecnologia**. São Paulo: Avercamp, 2003.

ARAÚJO, Paulo Ferreira de; FREITAS, Josiane Filus de. **Desafios da prática pedagógica na educação inclusiva: a realidade dos professores de**

Hortolândia-SP. VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Londrina de 05 a 07 novembro de 2013.

BRITO, César Iobato (Org.); Guedin, Evandro Luiz; ... et al. **Ética e formação de professores.** Manaus: UEA edições: Raphaela, 2008.

DECLARAÇÃO de Salamanca e **Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** (1994, Salamanca). Brasília: CORDE, 1997.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão da educação escolar.** Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.

DRABACH, Neila Pedrotti; MOUSQUER, Maria Elizabete Londero. **Dos primeiros escritos sobre administração escolar no Brasil aos escritos sobre gestão escolar: mudanças e continuidades.** Currículo sem Fronteiras, v.9, n.2, pp.258-285, Jul/Dez 2009.

FONSECA-JANES, Cristiane Regina Xavier; JÚNIOR, Celestino Alves da Silva; OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de. **Pedagogia, educação especial e educação inclusiva na UnesP: história e trajetória.**

Revista Brasileira de Educação v. 18 n. 55 out.-dez. 2013.

GUIMARÃES, Arthur. **Inclusão que funciona.** Nova Escola, São Paulo, n. 165, p.43-47, set.2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Concepções e práticas de organização e gestão da escola: considerações introdutórias para um exame crítico da discussão atual no Brasil.** *Revista Española de Educación Comparada*, nº13. Edición monográfica: Administración y gestión de los centros escolares: panorámica internacional. Madrid, Espanha. Año 2007.

LIMA, Tales Câmara de; PEREIRA TRINDADE, Sormânia; TRINDADE, Driele Cendon. **O lúdico na pedagogia com portadores de necessidades especiais – PNE’S.** HOLOS, Ano 20, outubro/2004.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2º Ed. São Paulo: Editora Moderna, 2006.

MARTINS, José do Prado. **Administração escolar: uma abordagem crítica do**

processo administrativo em educação, São Paulo, Atlas, 1991.

MARTINS, Sandra Veralúcia Marques; TAVARES, Helenice Maria. **A família e a escola: desafios para a educação no mundo contemporâneo**. Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 256-263, 2010.

Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial. Programa Educação Inclusiva: **direito à diversidade. Educação Inclusiva: o município**. v. 2. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

MORAN, José Manuel. Gestão Inovadora da Escola com Tecnologias. In: VIEIRA, PENIN, Sonia T. Sousa; VIEIRA, Sofia Lerche. **Refletindo sobre a função social da escola**. In: VIEIRA, Sofia Lerche (Org.). **Gestão da escola – desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 13 a 45.

SALVI, Inez. **A inclusão da pessoa com necessidades educativas especiais no**

contexto educacional. Instituto Catarinense de Pós Graduação-ICPG.

SILVA, M. M. P. **O contexto educacional da criança portadora de necessidades educativas especiais: a importância do professor**. Saber Digital: Revista Eletrônica do CESVA, Valença, v. 1, n. 1, p. 159-166, mar./ago. 2008.

VADE MECUM. **Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos e Lívia Céspedes**. 7 ed. São Paulo: Saraiva 2009.

VIOTO, Josiane Rodrigues Barbosa; VITALIANO, Célia Regina. **O papel da gestão pedagógica frente ao processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais**. IX ANPED SUL, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

